



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER

LEONARDO DIAS ALVES

**RACISMO INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL:
desafios para o curso de Serviço Social**

BRASÍLIA – DF

2017

LEONARDO DIAS ALVES

**RACISMO INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO ACADÊMICO-
PROFISSIONAL: desafios para o curso de Serviço Social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Serviço social, sob a orientação do Prof. Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá.

BRASÍLIA – DF

2017

**RACISMO INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL:
desafios para o curso de Serviço Social**

A banca examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB, do estudante Leonardo Dias Alves.

Prof. Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá (Orientador)

Prof.^a. Lucélia Luiz Pereira (Examinadora Interna)

Prof.^a. Valdenízia Bento Peixoto (Examinadora Interna)

Brasília, 12 de dezembro de 2017.

Dedicado esse trabalho ao meu avô Edivaldo
Lelis de Souza na convicção de que um sorriso
está enfeitando o seu rosto onde estiver.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma das formas de reconhecer que não caminhamos sozinhos! Sendo assim, agradeço:

Aos meus Orixás por iluminarem os meus caminhos e sustentarem os meus passos. Aos meus ancestrais pelo aprendizado sobre a importância do tempo – passado, presente e futuro.

À minha família principalmente a minha mãe Normalice Dias de Souza sem você eu jamais chegaria à conclusão desse curso; à minha vovó Noeni Dias por toda uma vida de cuidado e amor; ao meu avô, o meu verdadeiro pai, por tudo que você me ensinou sobre a vida; à minha irmã Lidinarla Dias por ter me apoiado nesse processo de graduação; aos meus tios Nana e Fernando, pela confiança e suporte em tudo que precisei.

Às minhas amigas/os de longa data: Raphaella dos Santos pelo apoio e incentivo; à Patrícia Clin por te me apresentado o prazer da leitura; ao Phidel Kastro por acreditar em mim quando nem eu estava mais acreditando; à Alessandra Nascimento saiba que você é inspiração.

Às amigas que trilharam esse caminho junto comigo: à Sarah Luiza de Azevedo pelo afeto e fortalecimento cotidiano; à Amanda dos Santos pelas aventuras, pelas conversas, por sua sinceridade, pela sua militância; à Gleice Kelly pela oportunidade de crescer junto com você; à Debora Oliveira por ter me presenteado com a oportunidade de conhecê-la; Ao Marcello Souza, por me mostrar a importância da militância, a importância de não se conformar, de ir além das paredes da sala de aula, obrigado!

Às pessoas que o Serviço Social me presenteou e fortaleceu nessa caminhada: Árina Cynthia, Anna Barbara, Gabriela Brasil, Daphne Marra, Gisele Boaventura e Rayanne Moreira, por serem as minhas referências nesse Serviço Social, o trabalho de base deu certo. Raylane Stephany e Jéssica Gillian pelos momentos de risos e sorrisos. Alina Freitas por ter sido a base necessária para consolidar a minha militância no Movimento Negro do Serviço Social. Wemmia Anita por mostrar a importância do debate sobre as mulheres negras. Elisandra Martins por me ensinar o real sentido da resistência. Bianca Lorena por ter me ensinado a respeitar as religiões de matriz africana e encontrar nelas subsídios ancestrais. Guilherme Lima por sua amizade genuína e sobre as confidências cotidianas. Luiza Carvalho por todas as trocas de afetivas. Maíra Marques por mostrar que ainda existem pessoas boas no mundo. Giovanna Guarese por ser luz na minha vida. Kahena e Aline pela sinceridade cotidiana, pelo

afeto e fortalecimento negro. Dyana Helena por todas as vezes que me lembrou da importância da nossa luta contra o racismo. Beatriz Monteiro meu amor recifense. Gabriel Neiva pelas longas conversas sobre direções para a nossa militância. Sarah Dantas você é um quadro necessário para o Serviço Social. Andreia Simplício por resgatar a importância da ancestralidade e espiritualidade dentro da nossa militância. Thalita Gabriela por ter renovado as minhas forças no momento que eu não conseguia encontrar nem resquícios dela. Gabriela Rodrigues pela sua militância política na construção de outro projeto societário. Aos meus mimos Thayna Oliveira, Rivka Loyola, Sofia Miranda, Marcos Antônio Resende, Raquel Wazlawosky, Luiz Henrique, Pedro Sales por ter renovado as minhas esperanças na militância estudantil do Serviço Social. Amefricanas Emily Barbosa, Isabelle Alves, Louise Braz, Luísa Fernandes e Thayane Gabriela pelo compromisso com a nossa profissão e com a população negra, o trabalho de vocês vai trazer o que o Serviço Social precisa. Djonatan Kaic eu me espelhei muito em você durante a graduação, continue sendo esse ser de luz e afeto. Ao Caio Milhomem por ter renovado a minha vida com as cores e alegria que emana do seu ser. Obirin Odara você é uma inspiração para todas/os as/os negras/os que se inserem nesse espaço acadêmico embutido de racismo. Melina Barros por ser uma das pessoas mais doce que conheci na graduação. Laura Rodrigues você me ensinou a não desistir de ser afetuoso. Raísa Garcia por todo cuidado e afeto, você altera o mundo ao seu redor com sua empatia. Jarlene Mariano e Naila Carvalho pela amizade, pela resistência e asè nas reuniões de gestão do CaSeSo. Mikaelle Tavares por toda luz que seu ser emana na vida cotidiano. Renata Oliveira pela sua capacidade de mediação, pelo afeto e confiança. Camila Rodrigues pelas oportunidades de crescimento e amadurecimento político e pessoal. Gil Piauilino por ter me ensinado sobre as mazelas criadas pelo patriarcado em meu primeiro semestre. Luiz Philip Reis pelo amor e afeto, pelos momentos incríveis que tivemos. Bia Sabiá por ter despertado o interesse em pesquisar a relação do serviço social com a população negra.

Aos amores e amizades que a UnB e a vida me presenteou: Julia Nara por me fazer perceber que sou negro, por ter sido o gatilho da minha consciência racial. Marcondes Silva por confiar em mim e pelas trocas de conhecimento. Alex Haley o melhor presente que a graduação e a UnB me deu, por ti é só afeto, Angola nos espera, salve sua força! David Castro por ser um ponto de apoio e amizade, além das trocas de conhecimento. Lázaro Danilo de Caetano a nossa luta é coletiva e o afeto é um presente. Mateus Raynner André por ter enfrentado todos os desafios da militância negra na UnB junto comigo. A Narjara por ser ancestralidade em junto comigo a Semana da Consciência Negra de 2015. Flaésio Silva que em todos os

momentos me disse que eu chegaria aqui. Pietra Sousa por me ensinar a possibilidade de resistência. Thiago Almeida por ser um alicerce no resgate pela ancestralidade. Diego Caetano uma pessoa necessária para a nossa luta. De Lucca Pereira por ter sido ouvinte, por ter sido amigo. Daniel Barral por ter me proporcionado momento de lazer e prazeres. Jean Nicolas por ter chegado a minha vida quando eu mais precisava de cor e carinho. Rosa Luz por ter me ensinado a extrapolar os muros da universidade. Ludymilla Santiago Dias por ser essencialmente afeto, resistência e luta. Joelma Rodrigues por ser simplesmente uma guerreira, afetuosa e amorosa. Rosa Adriana por transformar o CCN em um lugar de resistência negra.

À matéria de Etnologia Visual da imagem do negro no Cinema – Cinema Negro – na figura de: Edileuza Penha – por ter me proporcionado formação política no movimento negro, por ser uma das minhas maiores referências, sua existência é um presente dos Orixás nesse mundo. Ísis Higino e Elen Santos por ter me presenteado com a oportunidade de dividir a monitoria da disciplina mais importante da minha graduação.

Às profissionais que me formaram dentro e fora dos muros da UnB: Lucélia Luiz uma das minhas maiores referências na graduação, em sua primeira aula eu entendi a importância de se inserir na luta antirracista e na luta pelas cotas raciais. Marina Leite Melo por ter sido uma formadora, uma professora e amiga, em cada conversa é um renovo para pensar o Serviço Social contemporâneo. Val Peixoto pela oportunidade de conviver com essa mulher incrível, o seu compromisso com a nossa profissão é referência, é esperança! À Maria do Socorro por ser um exemplo de assistente social, obrigado pelo compromisso com a nossa profissão. Newton Narciso pela camaradagem e pela convicção política no comunismo. Ana Carolina Silvério pela sua inconformidade com a desigualdade social, por sua luta antirracista e pelos direitos das pessoas LGBT, e principalmente pela amizade.

Ao meu orientador Leonardo Ortegal por ter acreditado nesse projeto, foi uma oportunidade incrível trabalhar com você, aprender com você, as trocas de conhecimentos foram necessárias para o amadurecimento do trabalho.

Aos que não foram mencionados aqui, não foi por esquecimento, pelo contrario, fortaleceram e estão gravados na minha história, obrigado.

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo analisar de qual forma o racismo institucional tem sido debatido no âmbito da formação acadêmico profissional do curso de Serviço Social na Universidade de Brasília – UnB. Para tanto, foi utilizada a perspectiva histórico-estrutural como método de análise, que foi organizada da seguinte maneira: 1. A historicidade da institucionalização do racismo, pois o racismo institucional tem origem no período colonial, sendo alicerçado por mecanismos legais, tais como a Lei de Terras, de 1850, e Abolição do regime escravocrata, em 1888. 2. A relação do Serviço Social com os Movimentos Negros na década de 1980, apresentando o atendimento prestado pelas/os assistentes sociais para a população negra. 3. A possibilidade da formação profissional em Serviço Social proporcionar o combate ao racismo institucional. Analisamos alguns elementos do regime escravocrata para verificar a institucionalização histórica do racismo, através de um breve resgate histórico, tais como o tráfico negreiro, a Lei de Bill Aberdeen de 1845, a Lei Eusébio de Queiroz de 1850, a Lei de Terras de 1850 e a Lei Aurea de 1888. Analisamos produções a cerca da temática etnicorracial que retratam o cenário do Serviço Social e dos Movimentos Negros na década de 1980. E finalizamos com análise do Projeto Pedagógico Profissional do curso de Serviço Social na Universidade de Brasília – UnB. A análise revelou que as disciplinas que foram distribuídas no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira não fazem menção a temática etnicorracial, e que a única disciplina que explicitamente faz menção é optativa e conciliada com a temática de gênero, comprovando que a temática etnicorracial não tem no momento importância suficiente para ocupar uma matéria própria, e muito menos uma matéria de status obrigatório. Evidenciamos a necessidade da introdução do debate etnicorracial no currículo pleno do curso de Serviço Social da UnB, para oferecer uma formação profissional capaz de combater o racismo institucional.

Palavras-chaves: Racismo Institucional, Questão Social, Formação Profissional, Serviço Social.

ABSTRACT

This study aims to analyze how institutional racism has been debated within the scope of the professional academic training of the Social Work course at the University of Brasília - UnB. For this, the historical-structural perspective was used as a method of analysis, which was organized as follows: 1. The historicity of the institutionalization of racism, since institutional racism originated in the colonial period, being supported by legal mechanisms such as Land Law, 1850, and Abolition of the slave regime, in 1888. 2. The relationship of Social Service with Black Movements in the 1980s, presenting the assistance provided by social workers to the black population. 3. The possibility of vocational training in Social Work provides the fight against institutional racism. We analyze some elements of the slave regime to verify the historical institutionalization of racism, through a brief historical rescue, such as the slave trade, Bill Aberdeen Bill of 1845, Law Eusébio de Queiroz of 1850, Land Law of 1850 and the Aurea Law of 1888. We analyze productions about the ethno-racial theme that depict the scenario of Social Service and Black Movements in the 1980s. And we conclude with an analysis of the Professional Pedagogical Project of the Social Work course at the University of Brasília - UnB. The analysis revealed that the disciplines that were distributed in the Center of Socio-historical Formation of the Brazilian Society do not mention ethnoracial subjects, and that the only discipline that explicitly mentions is optional and reconciled with the gender theme, proving that the ethnoracial subject matter does not at the moment have sufficient importance to occupy a matter of its own, let alone a matter of mandatory status. We show the need to introduce the ethno-racial debate in the full curriculum of the UnB Social Service course, to offer professional training capable of combating institutional racism.

Keywords: Institutional Racism, Social Issues, Vocational Training, Social Work.

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo I	
Raça, Racismo e Racismo Institucional: é alucinação da população negra?	15
1.1 Raça Humana? Quem é a raça humana? O Emprego do Conceito de Raça.....	19
1.2 O comércio de Carne Humana.....	20
1.3 O Racismo institucional não surgiu hoje, muito menos ontem!.....	27
Capítulo II	
Serviço Social: Entre a Naturalização do Racismo Institucional e o Posicionamento Antirracista Para o Combate ao Racismo Institucional	34
2.1 Breve Contextualização Histórica: Historicamente qual a relação do Serviço Social com os Movimentos Negros?.....	39
2.2 Naturalização do Preconceito Racial e Racismo Institucional: O Que Tem a Ver Com o Serviço Social?.....	47
2.3 O Poder Institucional Ampliado Pelo Racismo Institucional.....	51
Capítulo III	
Enfrentamento ao Racismo Institucional: Que Tipo de Formação Profissional é Necessária?	54
3.1 Formação Profissional em Serviço Social: a disputa!.....	56
3.2 Qual a Proposta de Formação Profissional do Curso de Serviço Social na UnB?.....	62
3.3 O Currículo do Curso de Serviço Social: Instrumento de Poder!.....	75
Considerações Finais	78
Referências Bibliográficas	82

*Não digam que fui rebotalho,
que vivi à margem da vida.
Digam que eu procurava trabalho,
mas fui sempre preterida.
Digam ao povo brasileiro
que meu sonho era ser escritora,
mas eu não tinha dinheiro
para pagar uma editora.*

Maria Carolina de Jesus

Introdução

Zumbi é senhor das guerras
 É senhor das demandas
 Quando Zumbi chega é Zumbi
 É quem manda (Jorge Ben)

O processo da escrita é árduo, pois de onde vim sou o primeiro a ingressar no ensino superior, por isso desestabilizando o sistema este trabalho foi escrito, isso se chama resistência! Costumo dizer que ao escrever sobre o racismo, principalmente o institucional, é como ser atingido por uma bala de 38, tendo que levantar e persistir na denuncia de quem atirou e qual o motivo. É assim estudar o racismo, mas é necessário!

O conceito de racismo institucional foi definido pelos militantes do partido norte-americano Panteras Negras, especificamente por Stokely Carmichael – que posteriormente adotou o nome de Kwame Ture – e Charles Hamilton em 1967, enquanto uma falha coletiva das instituições em prover serviços e profissionais de qualidade para as pessoas em detrimento a cor, fenótipos e origem étnica. Ainda estamos em processo de abolição, na luta constante pela retirada da sociedade brasileira os estigmas da escravização mercantil.

O racismo foi institucionalizado a partir do momento que estabeleceram o comercio de carne humana. A população negra do continente africano foi desumanizada, em todos os aspectos, sendo hoje um dos grandes desafios à humanização dos serviços prestados para a população negra. Lutamos hoje a luta de ontem sem esquecer que é a luta do amanhã!

Em uma troca de e-mails com a Dra. Magali da Silva Almeida – assistente social e professora – ela disse algo que deve ser uma tatuagem na memória: “Nossa luta não poderia ser menor que os quase 400 anos de escravidão e da falsa República para o nosso povo”. É necessário implementar essa discussão no cotidiano, que possa refletir nas nossas relações, reforçando em nossa atuação profissional um posicionamento antirracista, e no âmbito acadêmico fomentar a necessidade da produção de conhecimentos que desmascarem o mito da “democracia racial” e que revele o racismo institucional por trás dessa ideologia.

Qual a relação estabelecida entre o Serviço Social – formação acadêmico-profissional e atuação profissional – e o racismo institucional?

Pode-se dizer que os eixos Questão Social, Proteção Social, Política Pública e Política Social perpassam a formação acadêmico-profissional e a atuação profissional das/os profissionais do Serviço Social, porém estes mesmos eixos afetam diretamente a situação da população negra brasileira. Em primeiro momento pensamos que a dificuldade seria com as referências teóricas, mas com o levantamento bibliográfico, nos deparamos com uma quantidade necessária para produzir esse trabalho, elas estão publicadas, principalmente em plataformas digitais ou periódicos, mas que não possuem visibilidade no âmbito da formação acadêmico-profissional, esse poderia ser um indicio do racismo institucional no âmbito da formação acadêmico-profissional?

Compreendemos que a formação acadêmico-profissional pode ser um dos caminhos para o combate ao racismo institucional no âmbito do Serviço Social. A metodologia utilizada foi histórico-estrutural, além de análise documental e revisão bibliográfica. Desta forma, o trabalho se divide em três capítulos: 1) **Raça, Racismo e Racismo Institucional: é alucinação da população negra?** Nesse capítulo são apontados os determinantes da escravização da população africana, as relações com a economia e o que levou ao processo de abolição; assim como a definição de raça; a análise histórica do racismo institucional; 2) **Serviço Social: naturalização do racismo institucional ou posicionamento antirracista para o combate ao racismo institucional?** É realizada uma breve contextualização histórica para relacionar o Serviço Social com os Movimentos Negros, assim como a atuação das/os assistentes sociais com a população negra na década de 1980; relação da naturalização do preconceito racial envolto no mito da democracia racial, demonstrando a necessidade da apropriação do conceito de racismo institucional pelo Serviço Social; assim como o poder institucional ampliado pelo racismo institucional, indicando apontamentos para o combate e desconstrução do racismo institucional; 3) **Enfrentamento ao racismo institucional: que tipo de formação profissional é necessária?** É fomentado debate acerca da formação profissional, os percursos traçados, os embates que são travados, o estranhamento da formação profissional com o debate etnicorracial; análise do Projeto Pedagógico Profissional do curso de Serviço Social na Universidade de Brasília – UnB, além da análise da ementa das disciplinas de “Introdução ao Serviço Social”, “Questão Social e Serviço Social”, “Gênero, Raça/Etnia” e “Movimentos Sociais”, por estarem dentro do Núcleo de Fundamentos Sócio-histórica da Sociedade Brasileira; e a discursão sobre o currículo do Serviço Social ser um instrumento de poder. O objetivo geral da pesquisa foi analisar de qual forma o racismo institucional tem sido debatido no âmbito da formação acadêmico profissional do curso de

Serviço Social na Universidade de Brasília – UnB, tendo por específicos à análise como o debate de racismo institucional é contemplado nas diretrizes curriculares do projeto pedagógico profissional do Curso de Serviço Social na Universidade de Brasília para proporcionar uma formação acadêmica profissional com o posicionamento político antirracista, além de analisar as disciplinas que compõem o Núcleo de Fundamentos Sócio-histórica da Sociedade Brasileira. Constatamos que esse o PPP do curso não contempla o combate ao racismo institucional, além disso, revelou que as disciplinas que foram distribuídas no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira não fazem menção a temática etnicorracial, e que a única disciplina que explicitamente faz menção é optativa e conciliada com a temática de gênero, comprovando que a temática etnicorracial não tem no momento importância suficiente para ocupar uma matéria própria, e muito menos uma matéria de status obrigatório.

CAPÍTULO I

Raça, Racismo e Racismo Institucional: é alucinação da população negra?

O barulho das correntes
Em colisão com o chão
Tornou-se a melodia
Que espantou o desespero,
Rasgando do peito
O medo do cativo!¹

Esse primeiro capítulo vai discorrer sobre o conceito de raça e o motivo de ainda utilizarmos o conceito para traçar um filem sobre a construção sócio-histórica do racismo institucional, realizando um resgate histórico do tráfico humano, o qual intitulamos de *comércio de carne humana*, por compreender que a população negra foi mercantilizada, selecionada e vendida como pedaço de carne. E finalmente recorreremos a fatos e leis para verificar a presença do racismo institucional nas fileiras históricas da relação do Estado para com a população negra.

Existe um processo histórico de exploração e opressão experimentada no cotidiano da população negra na sociedade brasileira. As desigualdades raciais e sociais que condicionam a população negra na pobreza (absoluta e relativa) é resultado das construções históricas e sociais. Desta forma, é necessário sempre fazer um resgate histórico da construção do negro no Brasil, e não podemos fugir do período escravocrata mercantil, afinal, ele é um marco histórico indispensável para analisar a conjuntura e a situação da população negra no Brasil e a relação com o sistema de produção capitalista. Além de oferecer suporte para análise histórica da estruturação e reprodução do racismo institucional.

Antes de qualquer coisa, é necessário compreender os processos históricos, compreender que a história pode ser deturpada, mas jamais alterada. Diante disso, gostaríamos de começar resgatando o conceito de *Sankofa* (*Sanko* = voltar; *fa* = buscar, trazer), que possui origem em um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Tendo o conceito central em Akan definido por “*se wo were fi na wosan kofa a yenki*” que traduzido pode ser expresso por “não

¹ Trata-se de um fragmento de um poema de minha autoria, todos os capítulos e subtítulos levaram um trecho desse poema.

é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”. É um ideograma que se encontra como uma das peças do Adinkra², podendo ser representado por dois símbolos, um sendo um pássaro mítico que voa para frente, simbolizando o presente, tendo a cabeça voltada para trás, compreendendo a necessidade de voltar no passado, e carrega no seu bico um ovo, que é o futuro; a outra representação é semelhante ao coração ocidental.

É a necessidade de voltar no passado, para organizar o presente e assim projetar o futuro. Desta forma, a Sankofa expressa uma realização do eu, individual e coletivo, compreendendo assim, que o que tenha sido perdido, esquecido, renunciado ou privado, pode sim ser reclamado, reavivado, preservado ou perpetuado. Esse conceito representa os conceitos de identidade e redefinição, sendo englobado pela representação da compreensão do destino individual e da identidade coletiva. Ou seja, não há motivos para resgatar o passado, mesmo que esse conote dor, mas ele é necessário para compreender o presente e quais determinantes implicam na situação da população negra e quais os apontamentos podemos fazer para o futuro.

Desta forma, ressaltamos a necessidade de resgatar o período escravocrata mercantil, principalmente o comércio de carne humana, o tráfico negreiro, e a sua relação com o racismo na sociedade atual.

É importante salientar que na sociedade brasileira o convívio com o racismo se dar vinculado ao mito da democracia racial. E o CFESS, na série de cadernos “Assistente Social no combate ao preconceito” no caderno 3 sobre racismo, aponta na ótica da justiça, os mecanismos jurídicos legais e institucionais que julgam essas atitudes “não têm dado conta da magnitude do preconceito e da discriminação racial” (CFESS, 2016, p. 7), apontando um despreparo das instituições no combate ao racismo institucional. Destacando ainda que:

Em todas as esferas da vida social, as populações negras e indígenas são as que mais aparecem em desvantagens socioeconômicas e de representação em espaços de poder e decisão. Inúmeras pesquisas retratam que, na saúde, por exemplo, são as mulheres negras que representam os maiores índices de mortalidade materna. São elas também que exercem, majoritariamente, os trabalhos domésticos e recebem os mais baixos salários. Na educação, são os/as negros/as que

²Adinkra tem o significado de "adeus" e é um conjunto de ideogramas que representam ideias expressas em provérbios. São estampados em tecidos e adereços, podendo ser esculpido em madeira ou em peças de ferro, e tradicionalmente utilizados em ocasiões fúnebres ou homenagens. Desmitificando a ideia de que o continente africano é apenas oralidade e expandindo o conceito de escrita para além da noção ocidental restrita somente às letras grafadas (NASCIMENTO, 2008).

ingressam mais tardiamente aos espaços escolares e são os/as que saem (“evadem”) mais precocemente. Em relação ao acesso à justiça, a desigualdade se mantém. As penas mais duras são aplicadas aos/às negros/as, mesmo quando cometem os mesmos crimes praticados por brancos/as (CFESS, 2016, p. 7).

Além disso, é necessário sempre ressaltar que “os/as jovens negros/as são as maiores vítimas de homicídios no país” (CFESS, 2016, p. 7). Existe um processo latente e institucional de invisibilização e naturalização dessas mortes na sociedade brasileira. O silêncio sobre os homicídios da juventude negra, a sua configuração não resulta apenas em omissão, sendo essa já uma violação de direitos humanos, “mas, sobretudo, em ação, ou seja, ação de consentir, de permitir, de deixar matar e deixar morrer” (CFESS, 2016, p. 7). A situação da população negra no Brasil é atrelada ao preconceito e a discriminação racial, que decorre do racismo.

Compreendemos que o racismo não é somente um problema ético, ou uma categoria jurídica, ou meramente um dado. O racismo é compreendido enquanto uma relação social, onde se estrutura politicamente e economicamente. O racismo não é um devaneio da população que convive com ele cotidianamente. Trata-se de uma relação social estruturante na sociedade capitalista brasileira, possuindo materialidade e historicidade (ALMEIDA, 2016).

Jurema Werneck (2016) afirma que racismo pode ser categorizado em três dimensões:

- a) Racismo Pessoal/Internalizado: essa dimensão possui sua funcionalidade alicerçada na aceitação dos padrões racistas que são postos por indivíduos, no que se refere à incorporação de visões e estigmas;
- b) Racismo Interpessoal: é expressa através do preconceito e da discriminação, isso significa que podem ocorrer condutas intencionais ou não entre as pessoas;
- c) Racismo Institucional: essa dimensão pode ser compreendida enquanto racismo sistêmico garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados e que atua como uma importante alavanca da exclusão diferenciada entre os sujeitos.

Essas três dimensões se relacionam de forma concomitante na produção de efeitos “sobre os indivíduos e grupos [...] gerando sentimentos, pensamentos, condutas pessoais e

interpessoais, atuando também sobre processos e políticas institucionais” (WERNECK, 2016, p. 541). O racismo institucional é a dimensão do racismo que perpassa o processo de construção e elaboração dos serviços sociais e das práticas institucionais.

Assim sendo, esse trabalho tem a intenção de problematizar algumas “verdades” relacionadas ao período escravocrata mercantil. A primeira é o conceito de escravo, conceitos errôneos empregados em livros didáticos e afins, durante o processo de ensino, sejam no ensino básico, fundamental, médio ou/e superior. É primordial compreender que, assim como a população originária, a população negra não nasceu escrava, pelo contrario, passou por um processo desumano de escravização, colocados enquanto escravizados, onde foram tratados enquanto objeto ou/e animais para o trabalho braçal, em síntese na condicionalidade do labor. Assim como se atentar às condições do processo de abolição mercantil no Brasil, para compreender que esse processo não acabou, e que a luta para o enfrentamento do racismo institucional faz parte desse processo.

O caráter de passividade da população negra no período escravocrata mercantil é empregado recorrentemente, quando se pensa na escravidão mercantil brasileira. Tornando-se um estigma a ser problematizado nas relações sociais. A realidade é que o escravizado foi o principal oponente da escravidão mercantil, foi um processo intenso em resistir para não se tornar meramente uma máquina produtiva. Pois, durante toda a história de resistência à escravidão mercantil, a população negra, mesmo enquanto subjugados na condição de escravizados, foram e são sujeitos ativos das suas próprias histórias, e na construção de caminhos para a luta e a resistência.

Traçar a trajetória percorrida pela população negra, enquanto eu-indivíduo e eu-coletivo, analisando a desumanização que a população negra experimentou em todos os momentos políticos, econômicos e sociais do país. Costurar essas narrativas históricas de maneira que possa se aproximar das realidades de forma coerente, elencando os elementos estruturantes do período escravocrata mercantil, tem sido um dos desafios enfrentados pelos Movimentos Negros, assim como para as/os pesquisadoras/es e autoras/es que debatem a questão racial, o racismo e seus mecanismos de reprodução e a situação da população negra, centrados nas lutas e nas defesas antirracistas e anticapitalista no âmbito da academia, relacionando a teoria e a realidade concreta experimentada por essa população. Importante sempre salientar que esse debate não é novo, e que muitos teóricos e/ou ativistas tem defendido há algum tempo, com produções e manifestações. Sendo uma pauta importante

dentro do campo das práticas institucionais, mas que negligenciada e marginalizada a todo o momento.

1.1 Raça Humana? Quem é a raça humana? O Emprego do Conceito de Raça

Correntes revertidas em sangria,
Chicotes com pedaços de pele,
O cheiro de tortura
Impregnava aquele lugar!

Raça no Brasil envolve o processo de miscigenação, o símbolo bonito da harmonia racial. A miscigenação sustenta o pilar da “democracia racial”, a visão da miscigenação coloca o racismo sem a presença de racista enquanto “um produto direto do mito da democracia racial” (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 41). É onde encontramos a essência principal do nosso objeto de estudos, que é o racismo institucional. Não acreditamos na perspectiva da democracia racial, pois não existe uma convivência harmônica e igualitária entre os diferentes grupos e sujeitos etnicorraciais no Brasil. O que temos é uma presença constante de desigualdades sociais. Santos e Rodrigues (2016) sinalizam que as experiências brasileiras relacionadas às relações raciais, que envoltas no mito da “democracia racial”, teve uma divulgação em caráter internacional em meados da Segunda Guerra mundial, principalmente em relação aos impactos do racismo nesse período, o que se tornou alvo de investigação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na qual patrocinou estudos e pesquisas sobre a convivência racial harmônica no Brasil, comprovando que:

A desigualdade de tratamento, de condições e oportunidades dispendidos à população negra seguia atrelada às desigualdades de classe e não poderia ser desconsiderada. Algumas críticas a essas pesquisas recaíram sobre a invisibilidade dada ao protagonismo e resistência da população negra e ao atribuírem a situação de desvantagem social da população negra e ao atribuírem a situação de desvantagem social da população negra à escravidão de modo que a reprodução intergeracional do racismo e a ausência de políticas públicas não foram examinadas convenientemente. A ausência ou ineficiência de políticas inclusivas compete significativamente para a manutenção do quadro de assimetrias raciais (SANTOS; RODRIGUES, 2016, pp. 20-21).

Desta forma é necessário compreender que o emprego do conceito de “raça” é usado hoje, por pesquisadoras/es e militantes negros, com uma perspectiva que ausente da

“intenção de reproduzir a noção de superioridade ou inferioridade entre grupos sociais” (SANTOS; RODRIGUES, 2016, p. 21). O conceito é a partir da perspectiva histórica e dialética, social e política, por compreender que no Brasil esse conceito é utilizado de maneira preconceituosa e “associam aspectos físicos como a cor da pele, tipo de corpo e cabelo ao caráter e à inteligência de uma pessoa” (SANTOS; RODRIGUES, 2016, p. 21). É preciso compreender que a função desse termo é de expor o racismo e as suas dimensões.

O emprego desse termo tem a função de:

Expor o racismo no Brasil como uma doutrina capaz de promover a exclusão, garantindo privilégios ao segmento social não negro dominante que interessado na manutenção da estrutura social segregacionista e injusta, mantém-se no poder e acentua os conflitos nas esferas entre o capitalismo e democracia (SANTOS; RODRIGUES, 2016, p. 21).

Tendo em vista que a questão racial se atrela aos mecanismos excludentes da ordem capitalista, no qual determina a ocupação de lugares nas classes sociais, e consequentemente interferem nas decisões e escolhas no campo das políticas públicas e sociais (SANTOS; RODRIGUES, 2016). Assim, demonstramos que a raça possui “uma dimensão relevante da vida social” (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 41), ainda mais quando se torna sabido de que forma a escravidão mercantil se deu e quais os seus resultados para a população negra. É necessária a compreensão estrutural do racismo, e de que forma a raça é utilizada, quando pertinente, no sentido de perpetuar a situação da população negra no Brasil. E quando a temática raça é utilizada para fortalecer o mito da “democracia racial”, no sentido apelativo de que só existe uma raça humana, compreendemos que não se trata de um aspecto biológico, mas sim social, na qual a população negra ainda encontra-se em uma situação excludente de pauperismo, condicionada na pobreza absoluta e relativa.

1.2 O comércio de carne humana

Hoje quem conta essa história
É o sangue nagô
Que quebrou a demanda ao meio!
E não pergunte
Pelo senhor de engenho,
Foi o sangue dele
Que jorrou primeiro.

O período escravocrata no Brasil é originado por dois fenômenos distintos, porém convergentes. O primeiro é encontrado na continuação do desenvolvimento interno da sociedade colonial, possuindo uma configuração de donataria e com um sistema de estratificação social fechado em estrutura praticamente feudal. O segundo é assentado nos interesses das nações colonizadoras em fase de expansão comercial e mercantil (MOURA 2014).

Portugal exerceu um papel de intermediário entre os países europeus mais fortes, por causa da sua relevância enquanto uma nação marítima, no período das grandes descobertas. A presença dos primeiros colonizadores no Brasil alterou o processo de desenvolvimento dos povos originários. Ocasionalmente na destruição da estrutura econômica, na qual eram baseadas as instituições, os costumes e a cultura do povo originário, que posterior recebeu o nome de indígena. Esse processo iniciou através do sistema de escambo, que basicamente se deu com o trabalho braçal dos indígenas, no processo de derrubar e condução o pau-brasil, em troca ofereciam objetos como miçangas, espelhos, pentes, etc. Sendo importante destacar, que nessa primeira fase, a escravidão não era exercida, as relações sociais eram embasadas no sistema de escambo, nas trocas, e esse é o motivo da cooperação indígena. Esse processo resultou em uma degradação social e cultural para o desenvolvimento dos grupos indígenas no Brasil.

O papel dos jesuítas nesse primeiro momento é observado, pois eles “subordinaram os índios a uma semisservidão disfarçada” (MOURA, 2014, p.76), em que os mesmos não eram trabalhadores livres, mas também não estavam inseridos na lógica dura da escravidão, nesse momento. O papel dos jesuítas foi direcionado para alterar e destruir os padrões de valores experimentados pelos diversos povos originários. A *Societas Jesu* (Companhia de Jesus)³ contribuiu para a substituição dos padrões de valores através de imposições que seguiam a lógica de “estereótipos e julgamentos morais que eram inteiramente estranhos aos indígenas” (MOURA, 2014, p. 77), resultando em um processo de marginalização produtiva dessa população. O ponto em destaque é o econômico, que

³ Trata-se de uma ordem que se desenvolveu rapidamente em Montmartre em Paris (1534), sob voto de pobreza e castidade. Seus membros assumiram posições de liderança na contrarrevolução. Tornando-se fundadores de escolas e faculdades em toda a Europa, liderando o ensino por 150 anos. No ano de 1640, a S.J já tinha 500 faculdades, e o número aumentou para 650 no século seguinte. Porém, por, todavia, existe um dado importante é o da quantidade de instituições utilizadas para o treinamento de jesuítas. Sendo constadas 24 universidades, 200 seminários e casas para treinamentos. Esses treinamentos no período da Contra Reforma possuía por objetivo o fortalecimento do catolicismo contra o protestantismo, tendo como discurso central a naturalização da pobreza e a nobreza dos ricos. Fonte:

https://www.univie.ac.at/igl.geschichte/ws2002-2003/ku_ws2002_homepages/Behofsics/Societas%20Jesu.htm <acessado em 19/11/17 às 00:39>

permeou na alteração do conceito de propriedade privada, que existia, mas em caráter comunal-primitivo (MOURA 2014). O conceito dos povos originários girava em torno da distribuição coletiva da produção, seguindo as normas tribais.

Os padres da *Societas Jesu* instauraram a autoridade deles dentro das aldeias, criando uma lógica de coletividade estranha à existente. Os padres passaram a exercer autoridade, através da manipulação teológica, mas que perpassavam também na forma de distribuição da produção e no consumo, alterando de forma violenta a forma de vida dessa população.

O processo de dominação não se restringiu apenas a semisservidão disfarçada, houve tentativas violentas de escravização, mas que essas não vingaram. O que aprendemos no decorrer da vida escolar é que o “índio” se apresentou como um mau trabalhador dentro das relações de trabalho impostas pelos brancos. E Clovis Moura destaca que:

A escravidão indígena tinha uma desvantagem: pelo próprio material humano que a compunha, vindo de um estágio cultural muito mais primitivo do que o exigido para as tarefas a que o predispuham, era uma peça subsidiária, que desempenhava – do ponto de vista econômico – um trabalho complementar e não qualificado. (MOURA, 2014, p. 78)

Essa lógica estereotipada e preconceituosa permeia o senso comum da sociedade brasileira, da não aptidão da população originária para o trabalho, em um solo que eles conheciam muito bem, que sabia o que poderia se plantar, o que era alimento, remédio ou veneno. Foram subjugados em sua Mãe-Terra e condicionados a um sistema de controle rígido. Mas a verdade que não lemos nos livros didáticos, que não conhecemos, ou que não temos acesso, é de quem a resistência do povo originário e o fracasso nas tentativas violentas de subordinação a escravidão, tiveram alguns fatores, que resultaram em uma substituição da mão-de-obra escrava.

A composição dos principais setores, que se desenvolviam de forma dinâmica, era determinada pela agricultura e mineração. Acarretando na necessidade de “material humano mais adaptável” (MOURA, 2014, p. 78) para esse tipo de trabalho, isso do ponto de vista cultural. É o local que se assenta a ideia do indígena enquanto um mau trabalhador, mas de forma assertiva, Moura (2014) aponta que:

Dizer que o índio foi um mau trabalhador dentro dos quadros da escravidão não implica em absolutamente nenhum julgamento que o incapacite para o trabalho por questões biológicas, inatas. O que há no problemas, aliás, já muito debatido entre nós, é um fator de ordem psicológica que por sua vez foi decorrência de um fato econômico e cultural. Sob condições de trabalho que o colonizador impôs ao índio foi que ele se manifestou mau trabalhador. A prova do que afirmamos é que, enquanto vigorou o sistema de escambo nas relações entre colonos e índios, estes se mostraram trabalhadores eficientes (MOURA, 2014, p. 106).

Caindo por terra esse argumento de que o indígena é um mau trabalhador, mas utilizando da historicidade para comprovarmos que, sem a presença do indígena, não seria possível para os colonizadores carregar um simples navio por ano. E que a tentativa de trocar a relação de escambo por escravidão, exigiu da população indígena estratégias de resistência. Desta forma, a presença dos estereótipos implantados pelos colonizadores, alterando a configuração comunal-primitiva, desencadeou em uma não adaptação dessa população à escravidão, principalmente quando se aplicou “de modo quase exclusivo à agricultura sedentária, dentro de latifúndios pertencentes a senhores estranhos ao processo de trabalho” (MOURA, 2014, p. 107). A base da economia dessa diversa população se dava de forma recolectora.

Desta forma, recorreram a outro material humano, “a um braço muito mais caro – o africano – para possibilitar o posterior desenvolvimento da sociedade colonial” (MOURA, 2014, p.78). O processo de substituição é originado através do desenvolvimento dos núcleos de plantação de cana-de-açúcar. O colono notou a necessidade de ampliar a escravidão, “mas como solução para todo regime de trabalho que brotava e que posteriormente se estratificaria na Colônia” (MOURA, 2014, p. 78). Porém, esse não é o fator mais importante, que resulta na substituição do indígena pelo negro africano no processo de escravidão brasileiro. Moura ressalta um fator importante:

A transformação do tráfico de simples atividade de pirataria em atividade mercantil, como o emprego de grandes somas de dinheiros na aquisição de veleiros, equipagens, portos e contratação de material humano para o **comercio de carne humana**. Tal transformação exigiu e determinou que o preador de índios fosse esmagado pelo traficante que vinha com todo um equipamento de domínio econômico pacientemente estruturado e penetrava nas cartilagens da economia da época com uma série de atividades correlatas altamente compensadoras (MOURA, 2014, p. 78 grifos não originais).

Os traficantes de escravos africanos estavam em condições econômicas favoráveis para dominar o mercado de escravos brasileiros. Desta forma, destacamos que a organização superior dos traficantes determinou que não era permitido “que se vendesse

mercadoria muito mais barata – o índio – nas áreas sob o seu domínio” (MOURA, 2014, p. 79). Tendo em vista, que o capital empregado nessas empresas, assim como as vastas áreas de domínio, os interesses embutidos e a sua organização internacional, assegurava que qualquer que fosse o concorrente, deveria ser aniquilado, extinguido das áreas de dominação.

O tripé de apoio da economia nesse período apoiava-se nas grandes companhias de navegações (salientando que as empresas de tráfico de escravos compõem essas companhias), nas grandes plantações nas áreas colonizadas e no monopólio do comércio. Compreendendo a relação desses três determinantes como uma unidade contraditória. A participação da Inglaterra, Portugal e o Brasil no comércio negreiro, resultou em uma acumulação de riqueza incalculável (MOURA 2014). Essa articulação, em grande medida, interferia nas decisões governamentais. O traficante em muitos momentos detinha poder sobre as decisões e movimentava a economia. O perfil dos traficantes de escravizados é o mesmo em qualquer lugar, tratando-se de homens ricos e poderosos.

O comércio de carne humana negra é uma solução dos colonos para o quesito trabalho, e lógico que não em um sentido de trabalhador, mas sim no status de escravo. Uma lógica desumana, na qual o intuito era o da produção, na lógica de instrumento de trabalho, ausente de humanidade, mas como braços para o trabalho. Moura (2014, p. 81) relata que para alguns historiadores a chegada dos primeiros africanos traficados é datada em meados de 1549 em São Vicente:

O primeiro *stock* de africanos era desembarcado. Para isso, dom João III concedera autorização a fim de que cada colono pudesse importar até 120 escravos para suas plantações, fato que provocou protestos por acharem alguns ser número insuficiente.

O estabelecimento da escravidão mercantil sistemática no Brasil alterou o regime de trabalho. Nessa cisão emergiu duas classes fundamentais e antagônicas no Brasil, uma dos escravizados e a outra dos senhores de escravos. Essas duas classes são definidas por:

Uma constituída pelos senhores de escravos, ligados economicamente em face do monopólio comercial à metrópole, outra constituída pela massa escrava, inteiramente despojada de bens materiais, que formava a maioria da população do Brasil Colônia e era quem produzia toda a riqueza social que circulava nos seus poros (MOURA, 2014, p. 81).

Existe uma estimativa do percentual de negro/as africanos/as que adentraram o Brasil. Compreendendo, que a presença do racismo institucional, não nos permite ter esses

dados de forma precisa, mas confiar nas estimativas, principalmente as que Clovis Moura aponta. Mas é importante levantar essa estimativa, para analisar o crescimento demográfico do período e a influência da massa escravizada nesse. Moura (2014, pp. 82-83) levanta alguns dados importantes, para a compreensão mínima do sequestro e tráfico negro para o Brasil Colônia:

O crescimento demográfico verificado com o desembarque ininterrupto de escravos, basta dizer que, no ano de 1583, as estimativas davam à Colônia uma população de cerca de **57.000 habitantes**, Deste total, **25.000 eram brancos**, **18.000 índios** e **14.000 negros**. Segundo cálculos de Santa Apolônia, em 1798, para uma população de **3.250.000 habitantes** havia um total de **1.582.000 escravos**, dos quais **221.000 eram pardos** e **1.361.000 negros**, sem contarmos **os negros libertos que ascendiam a 406.000**. Para o biênio de 1817-1818 as estimativas de Veloso davam, para um total de **3.817.000 habitantes**, a cifra de **1.930.000 escravos**, dos quais **202.000 eram pardos** e **1.728.000 negros**. Havia também uma população de **negros e pardos livres que chegavam a 585.000**. Há quem estime em **50.000 o número de negros importados anualmente**. Foi quando o escravo africano passou a ser chamado “pés e mãos dos senhores” e Angola “nervo das fábricas do Brasil” (grifos não originais).

A economia é impulsionada pela população escravizada. Tendo em vista, que o trabalho manual passa a ser praticado apenas pelos escravizados, por ser considerado um trabalho infamante. As bases econômicas são assentadas na agricultura monocultora, na produção realizada pelos escravizados para os senhores de engenho, nas terras e engenhos e principalmente, sob o monopólio político e comercial da Metrópole. Porém, é preciso compreender de que forma a economia era gerida, pois:

Portugal canalizará para si o resultado de quase toda a renda através da exportação. Nossa produção era completamente desvinculada do mercado interno: existia como parte do mercado mundial e somente circulava fora de nossas fronteiras, afora o setor de subsistência (MOURA, 2014, p. 84).

A burguesia comercial, desse período, transformou o continente africano em um mercado a céus abertos, na qual a população negra era caçada, sequestrada e traficada. Os lucros com o comércio de carne humana foram elevados. Destacando que a Inglaterra no século XVIII “assegurou o monopólio do tráfico negreiro para a Espanha e suas colônias na América do Sul” (MOURA, 2014, p. 85). Sendo assim, o tráfico negreiro contribuiu em grande escala para a acumulação primitiva do capital, ou seja, um alicerce para a sociedade capitalista. Moura fazer uma observação necessária, que nos encaminha para a carnificina que aconteceu no continente Africano:

A África tornou-se – em consequência – um campo de pilhagens e grande parte

do seu devassamento geográfico está subordinado aos interesses dos traficantes de escravos [...] o continente negro foi vítima das nações em fase de expansão capitalista [...] As principais nações haviam transformado o tráfico em empresa comercial supridora de mão de obra, os produtores das colônias tinham de estar subordinados, direta ou indiretamente, ao supridor de escravos (MOURA, 2014, p.85).

Esse é o cenário do comércio de carne humana. O surgimento da desumanidade da população negra, que por terem a pele negra, acreditavam que esse povo não tinha alma, ou que era o povo que foi amaldiçoado por deus, por causa de Cam, e assim justificavam a escravização da população negra. A transformação de seres humanos em mercadoria, em instrumento de trabalho, é o pilar da construção do racismo contra a população negra. É o ápice da coisificação humana, é a venda de vidas que foram caçadas, sequestradas e traficadas para terras desconhecidas. Essa é a institucionalização do racismo, é histórica.

O tráfico negreiro – comércio de carne humana – inicia a sua declinação comercial quando a Inglaterra começa a perceber que a escravização é um empecilho para o desenvolvimento do sistema capitalista. O tráfico negreiro passa a ser coibido através de ações violentas ordenadas pela Inglaterra por meio das leis Bill Aberdeem e Eusébio de Queiroz. Essa estratégia foi para o desenvolvimento mundialmente o sistema capitalista, não por perceberem a injustiça contra a população negra, mas não vamos reforçar o estigma de passividade da população negra, que estava esperando a Inglaterra decidir que a escravização e a população escravizada era um empecilho para a sua economia. É importante destacar que a população negra impulsionou o processo de abolição. Em todo período da escravização mercantil houve resistência da população negra. Pois do ponto de vista militar:

A luta dos escravos no Brasil não foi um simples espocar inconsequente de u'a malta descontrolada de desordeiros que investia contra tudo e todos a fim de satisfazer instintos baixos inconfessáveis. Tinham esses escravos um objetivo, que era precisamente derrotar militarmente seus senhores; para isso, estabeleciam planos de ataques, muitas vezes demonstrativos de alguma perícia, e que somente por fatores que os escravos não controlavam deixaram de surtir efeitos mais sérios. De fato: alguns dos povos africanos que vieram para o Brasil – principalmente Bahia – eram grandes guerreiros na África e para aqui trouxeram sua experiência militar, aplicando-a em função da libertação dos seus irmãos de infortúnio (MOURA, 2014, p. 387).

As formas pela qual os escravizados revestiam os seus protestos eram diversas. Moura (2014, p. 403) às enumerou da seguinte forma:

(a) *Formas passivas*: 1) o suicídio, a depressão psicológica (banzo); 2) o assassinio dos próprios filhos ou de outros elementos escravos; 3) a fuga

individual; 4) a fuga coletiva; 5) a organização de quilombos longes das cidades.

(b) *Formas ativas*: 1) as revoltas cidadinas pela tomada do poder político; 2) as guerrilhas nas matas e estradas; 3) a participação em movimentos não-escravos; 4) a resistência armada dos quilombos às invasões repressoras; 5) a violência pessoal ou coletiva contra senhores ou feitores.

São dados que revelam a luta da população negra pela liberdade e pelo sonho de cidadania, mas que ao mesmo tempo indicam como o racismo institucional ao longo da história agiu de forma silenciosa. Um dos resultados históricos mais danosos é o apagamento da história, da resistência.

1.3 O Racismo Institucional Não Surgiu Hoje, Muito Menos Ontem!

Senhor de quem?
 Cadê o senhor?
 Foi degolado pelo ódio
 Que ele cultivou
 Em se colocar como superior!
 Foi um canto de vitória
 O seu silêncio eternizado,
 Pelo menos na minha poesia!

Alguns apontamentos sobre esse período precisam ser salientados. A importância da historicidade nesse momento é crucial. O racismo institucional, em sua forma ativa, é o fracasso coletivo das instituições em promover serviços e profissionais apropriados às pessoas por causa da cor e fenótipos, cultura ou/e origem étnica (CARMICHAEL; HAMILTON, 1967). É importante fazer alguns apontamentos sobre sua legitimação histórica.

O racismo possui mecanismos de reprodução que impactam de forma expressiva e perversa a vida da população negra. É onde encontramos o racismo institucional ou sistêmico, enquanto dimensão estruturante do racismo e das sociedades capitalistas (THEODORO, 2008). As relações etnicorraciais no Brasil são consolidadas entre dois grupos principais, o de pessoas brancas e de negras, que permeado pelas contradições das relações sociais elencadas pelo racismo (EURICO, 2011). Elas possuem os seus alicerces em mitos e preconceitos contra a população negra, podendo deliberar de que forma a população negra está vivendo dentro do regime do capital. As explorações e opressões etnicorracial favorecem a manutenção da ordem capitalista vigente, e o racismo institucional contribui para a disputa por posições entre as classes sociais (DIAS, 2015).

Oliveira (2016) afirma que o racismo é elemento estrutural nas divisões de classe, pois, o processo transitório do modo de produção escravista colonial para o capitalismo, ocorreu sem alteração do protagonismo da elite anterior. O racismo é uma ideologia que se constitui nas matrizes de opressões sendo estruturante do autoritarismo social. Existe uma ausência da reflexão estrutural que se coloca enquanto uma barreira para o avanço no enfrentamento do racismo e dos seus mecanismos de reprodução na sociedade brasileira. Isso é ocasionado por três razões, segundo Oliveira (2016, p. 34):

- 1) A primeira e mais importante delas é a redução ou perda de uma visão do Estado brasileiro em sua dimensão institucional e histórica, como um aparelho construído e edificado para a manutenção de um capitalismo singularizado pela dependência externa, concentração de riqueza e racismo estrutural.
- 2) A segunda questão decorre da primeira, é o afastamento do debate ideológico no campo da sociedade civil.
- 3) [...] a terceira consequência é o afastamento do debate do combate ao racismo das questões mais estruturais do capitalismo brasileiro.

Portanto, a compreensão estrutural do racismo, juntamente com suas dimensões, alicerçados nas estruturas capitalistas, é a maneira de compreender que a mediação do racismo institucional ocorre de forma sistêmica na operacionalidade do Estado e nas instituições.

Para analisar o racismo institucional que é construído historicamente nas relações sociais, busca-se uma análise de dados históricos dessa construção para fornecer as influências e fatores que proporcionaram a esse mecanismo ser estruturante na sociedade capitalista. O caráter histórico do racismo institucional tem origem no período colonial, ou seja, no regime escravocrata mercantil. É importante destacar que durante a primeira fase do século XIX, os núcleos trabalhistas urbanos consistiam, em grande maioria, de força de trabalho escravista (THEODORO, 2008), mas também foi notada a presença de trabalhadores chamados de livres e/ou libertos, o que se refere aos negros e “mulatos” que por algumas especializações exerciam uma gama diversa de serviços subalternos (THEODORO, 2008). O contexto histórico do racismo institucional é alicerçado, principalmente, por mecanismos legais, tais como a Lei de Terras de 1850, que regularizou a legalização da apropriação desigual da terra entre os grupos etnicorraciais; a Lei da Abolição

de 1888, que aconteceu sem a presença de políticas de caráter sociais, econômicos e políticos para proteção e inserção da população negra – que deveria nesse momento ser tratada como cidadãos – na sociedade brasileira; assim como o processo de estímulo à imigração, na virada do século XIX para o XX, onde se forjou um cenário de desigualdade racial no acesso ao trabalho (LOPEZ, 2012). É possível destacar que a configuração institucional do racismo é histórica, e que o Estado legitimou historicamente o racismo institucional. (LOPEZ, 2013).

Algumas coisas nas Leis do período colonial chamam atenção. Pois, compreendendo que a população negra encontrava-se em situação desumana, de que forma essas leis aconteciam? Sendo assim, é necessário analisar as seguintes leis:

1) Lei Bill Aberdeen (1845):

Essa lei surge em um momento propício para a Inglaterra, pois foi em um momento de ruptura com o Brasil, em relação ao tráfico negreiro, ou seja, a proibição do comércio de carne humana. Trata-se de um decreto que legitima e institucionaliza a coerção em relação ao tráfico negreiro, o sequestro de pessoas do continente africano. Em relação às apreensões de navios em situação de tráfico, eram direcionados para cumprir penas deliberadas pela marinha inglesa ou demolidos. Mas vamos pontuar que esse decreto não entrou em vigor para favorecer a população negra, ou seja, para proteger pessoas que estavam sendo sequestradas, mas para possibilitar a implementação de outro sistema de produção, colocando em falência o sistema de produção escravocrata.

Santos e Magalhães (2013, p.5) afirmam que o governo brasileiro relutou em cumprir esse decreto, segundo os autores, governo brasileiro afirmou que:

A Inglaterra teria o direito de exigir do Brasil apenas o cumprimento dos acordos anteriormente firmados e não submeter cidadãos brasileiros ao alvedrio da justiça britânica. Ademais, protestava-se contra a equiparação do tráfico de escravos à pirataria, haja vista que aquele não possui o efeito pernicioso ao comércio marítimo de forma geral como este.

O governo brasileiro solicitava que os traficantes brasileiros não fossem tratados com penas duras como os piratas. Em momento algum é levada em consideração a situação das vítimas desse absurdo institucionalizado. E dessa forma o Brasil foi isolado, assim como teve navios negreiros aprisionados pela Inglaterra e posteriormente por Portugal e França e sendo julgados pelas suas próprias leis. O Brasil permaneceu com os seus protestos, mas de nada adiantava, pois a Inglaterra permaneceu com o seu posicionamento e isolando ainda

mais o Brasil (SANTOS; MAGALHÃES, 2013, p.5).

2) Lei Eusébio de Queiroz (1850):

Essa lei possui como finalidade a suspensão e extinção do tráfico de escravos. Essa lei operacionalizou um colapso no tráfico humano até a extinção. A Inglaterra recebeu o título de “soberana dos mares” e dominadora do comércio de carne humana, ou seja, do tráfico negro. Mas passou a se posicionar violentamente contra o tráfico através Lei Bill Aberdeen, e posteriormente com a Lei de Eusébio de Queiroz. Passou a fazer uma campanha internacional para extinguir o tráfico negreiro, com um discurso de que “a extinção do tráfico trazia benefícios sociais e humanitários” (SANTOS; MAGALHÃES, 2013, p. 5), como se percebessem a humanidade da população negra africana. Esse não foi o motivo, que fez a Inglaterra isolar o Brasil, pelo contrário, Moura (2014, p. 88) afirma que:

A economia britânica sofreu uma evolução no sentido de ver substituídas as relações pré-capitalistas que ainda subsistiam em determinados setores, especialmente no setor fundiário, por outras que representavam a estratificação do capitalismo industrial. Inicialmente, teve necessidade do tráfico de escravos para o capitalismo se consolidasse. Mas a continuação prolongada da escravidão, quando o capitalismo industrial já se havia consolidado em toda a sua plenitude, cedo se transformou em entrave ao desenvolvimento da economia inglesa.

Desta forma, a Inglaterra conseguiu extinguir o tráfico de negros do continente africano para o Brasil. Mas internamente, isso não aconteceu, pois como bem salienta Flausino (2006, p. 13):

A prática do tráfico interno de escravos foi intensificada a partir da proibição do tráfico Atlântico, em 1850, e perdurou até às vésperas da abolição, como uma das alternativas à reposição de mão-de-obra cativa. O tráfico interno quando praticado entre diferentes regiões de uma província, era chamado de tráfico intraprovincial; e entre províncias diferentes, era chamado de interprovincial.

É nítido que o Brasil não estava disposto a ceder nesse aspecto. A mão-de-obra do Brasil era majoritariamente composta por escravizados, e o seu mercado de suprimentos era a África. Com a proibição do tráfico internacional, advindo do continente africano, o Brasil precisou estipular novas estratégias para suprir sua mão de obra. Pois o suprimento de mãos de obra está relacionado com o tráfico. Sendo assim, para manter o regime escravocrata mercantil como sustentáculo da sociedade brasileira, compreendendo a existência da dependência econômica e social do trabalho escravo. Então empregaram duas medias: maior

investimento na reprodução natural dos escravizados cativos; e o tráfico interno de cativos. Desta forma, começamos a perceber que a estruturação das instituições, reguladoras de leis e políticas, se manteve em silêncio. Estrategicamente o Brasil cultivou e legitimou o racismo de forma institucionalizada, para manter a sua sustentação econômica e social.

3) Lei de Terras (1850):

A Lei de Terras é um marco do desenvolvimento capitalista. É um projeto de transformação de terras que foram apossadas em terras reguladas. É a regulamentação e institucionalização da terra enquanto uma mercadoria, sendo passível de comprar e vender no mercado. A possibilidade de venda de um local, da propriedade privada da terra foi associada ao trabalho assalariado e aos fazendeiros.

Em nível institucional, a Lei de Terras, serviu para assegurar o trabalho livre, afinal, essa lei comina com a proibição do tráfico de escravos. Essa lógica é simples, ao dificultar o acesso as terras “faria com que o trabalhador livre não tivesse outra alternativa senão permanecer nas fazendas” (THEODORO, 2008, p. 34-35). Além disso, houve um crescente incentivo de imigração de trabalhadores pobres europeus para trabalhar nas lavouras brasileiras. Entendendo que a população negra a transição para o trabalho livre não surtiu efeito, pois não houve a inclusão no regime assalariado, desta forma, não podendo acessar as terras.

A Lei de Terras possuía uma regulação “conservadora da estrutura fundiária no Brasil” (THEODORO, 2008). Essa lei foi promulgada no mesmo período da extinção do tráfico negreiro, que é um dos marcos da transição para o trabalho livre. Mas para Delgado (2005, p.29) a Lei de Terras:

Liquida o sistema de posses fundiárias que se estabelecera em 1822 e que poderia transformar o setor de subsistência em regime de propriedade familiar; ademais, acaba com a possibilidade futura de transformação da mão-de-obra escrava liberta em novo contingente de posseiros fundiários, o que inclui ainda a possibilidade de criação de quilombos legais ou de estabelecimentos familiares legalizados.

Essa Lei, enquanto um dispositivo legal impediu drasticamente as possibilidades de acesso a terra, entendendo por terra não só a possibilidade de latifúndio, mas também de moradia, alocando a população negra para o comércio de imóveis, na condicionalidade do aluguel, ou nas grandes favelas, sem estruturação básica.

4) Lei Áurea (1888):

A abolição da escravidão mercantil se deu por causas externas e internas. Foi uma conquista do povo negro. Mas é necessário compreender que esse processo de seu também por fator político impulsionado pela Inglaterra, e não por um processo de humanização da população negra. Esse processo se deu sobre forte pressão política e militar da Inglaterra, que encontrava na escravidão um empecilho para a consolidação do sistema capitalista. Mas não podemos ser omissos em não reconhecer que o projeto de abolição fazia parte do cotidiano da massa escravizada. E esse projeto já era executado pela população negra, através de fugas, de rebeldias, de insurreições e em tentativas de conseguir economizar dinheiro para chegar à alforria, ou seja, estratégias foram diversas, como a trabalhar com caixas coletivas para juntas de alforria. É importante destacar a relação familiar, na qual homens e mulheres trabalhavam para comprar a alforria de seus familiares. Outro projeto foi a abolição radical, na qual envolvia ações diretas, que incentivava a fuga. A abolição foi aplicada, a população negra foi liberta, mas condicionada na miséria. Foi colocada uma suposta livre concorrência, entre a população negra – tratada como não qualificada para o trabalho – e os imigrantes que chegavam no Brasil. A ausência de políticas públicas e sociais para a inserção da população negra na sociedade, aponta o descarte, “o se virem”. O que resultou na marginalização dessa população no mercado de trabalho.

O que podemos constatar é que a institucionalidade da escravidão mercantil no Brasil, com o aparato legal e jurídico dessas leis, favoreceu a legalização pelo Estado do racismo institucional. É desta forma, que a população negra foi condicionada. É resultante do mito da “democracia racial” que o racismo institucional não é combatido. É processo histórico que resultou em desigualdades sociais experimentadas pela população negra.

O racismo institucional perpassar o acesso à educação⁴, ao mercado de trabalho, criação e implantação de políticas públicas, que acarreta em uma desconsideração das “especificidades raciais e na reprodução de práticas discriminatórias arraigadas nas instituições” (EURICO, 2013, p. 299). O racismo institucional não pode ser atribuído aos indivíduos de forma isolada, mas compreendido como uma estratégia forjada nas relações sociais que opera tanto nas instituições públicas quanto nas instituições privadas.

Desta forma, queremos entender a relação que é estabelecida entre o Serviço Social brasileiro e a população negra, entendendo esse marco histórico, o período escravocrata

⁴ O IPEA aponta que, “no que se refere à escolarização, as desigualdades entre brancos e negros estão relacionadas a múltiplos fatores, tais como renda familiar e acesso a bens públicos.” (IPEA, 2014, p. 19).

mercantil, assim como a historicidade do racismo institucional, queremos entender de que forma as/os profissionais de Serviço Social são profissionais chaves para o combate ao racismo institucional. Entendendo assim, que o mito da “democracia racial” que é a real alucinação brasileira, e que o racismo é uma estrutura, sendo urgente o seu debate no âmbito da formação profissional.

CAPÍTULO II

Serviço Social: entre a naturalização do racismo institucional e o posicionamento antirracista para o combate ao racismo institucional

Tem sentido oprimir?
 Tem sentido fomentar o ódio?
 A revolta há de chegar
 E quem vai segurar
 Os revolucionários
 Quando tomarmos tudo de assalto?

Esse capítulo faz um breve resgate histórico do Serviço Social e dos Movimentos Negros, estreitando as relações estabelecidas, e muito dessa relação é dada por profissionais negras. Posterior, falamos sobre a naturalização do racismo institucional, que possui uma influência do mito da “democracia racial” em relação ao Serviço Social. E fechamos o capítulo com o debate das instituições enquanto instrumento de políticas sócias, e que as mesmas, conforme a sua organização, pode favorecer o racismo institucional.

O Serviço Social é uma profissão que se insere na divisão social e técnica do trabalho, compreendida enquanto uma especialização do trabalho coletivo na ordem do sistema capitalista industrial e da expansão urbana. Essa divisão do trabalho supõe relações capitalistas de propriedade, ou seja, que possui os meios de produção ou quem vai depender exclusivamente da venda da força de trabalho para sobreviver, é o que configura as classes sociais (IAMAMOTO, 2012). É uma profissão que possui respaldo legal para a sua atuação, que se materializa através do Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993) e na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei n. 8.662/93). Sendo a/o assistente social um/a profissional assalariado que se insere na divisão do trabalho, que permeia o processo de reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 2012). A concentração dos espaços ocupacionais dessa profissão é majoritariamente no Estado e nas instituições privadas, sendo o mercado de trabalho um “componente essencial da profissionalização do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2012, p. 416). Sendo inserido em instituições empregadoras, onde compõem um coletivo de trabalhadores, possuindo um caráter de implementação de ações institucionais. Destacando a relação que é estabelecida entre a/o profissional com o seu objeto de trabalho, ou seja, as expressões da questão social, que vai depender do prévio recorte das políticas definidas pelas instituições empregadoras, as quais elencam as demandas e prioridades a serem atendidas (IAMAMOTO, 2012). É

importante destacar que:

No Brasil, afirma-se a hegemonia do capital industrial que emerge, sob novas formas, a *questão social*, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado. Já não se trata da mera distinção entre ricos e pobres, presente nas formas anteriores de organização de produção e da sociedade regidas pela divisão do trabalho, prévias do capitalismo industrial (IAMAMOTO, 2012, p. 167)

A questão social no Brasil, assim como em todos os países capitalistas, é o que dá substrato para a fundamentação da profissão de Serviço Social, tendo em vista que a questão social assume um sentido duplo, por um lado abrangendo o conjunto das contradições e conflitos que estão no cerne da origem e natureza da sociedade barrando o processo de mudança; e por outro lado, trata-se das manifestações concretas e peculiares das mesmas contradições e conflitos que envolvem pessoas, grupos, populações, etc., tendo a necessidade de reconhecimento e enfrentamento pelos sujeitos sociais (ARCOVERDE, 1999, p. 75). Iamamoto (2012, p. 160) ainda explica que a questão social se expressa através das desigualdades das classes sociais e mediatizadas por:

Disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos [...] no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos.

E Tereza Cristina Santos Martins (2013, p. 13), assistente social e docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS ressalta que:

Em uma sociedade onde os trabalhadores só se reproduzem mediante a venda da sua força de trabalho, a destituição/interdição – operado pelo racismo – dessa condição de trabalhador capaz de integrar o conjunto dos trabalhadores assalariados se constitui em violação do direito ao trabalho e, conseqüentemente, do direito à vida. [...] O racismo no Brasil foi operado no sentido de violar os direitos de trabalhadores/as negros/as. Não por acaso, a população racialmente discriminada sequer chegou a se construir em classe operaria no seu distanciamento das formas de proteção social, ensejado pela política contributiva do regime brasileiro.

A autora ainda destaca que:

Se o racismo encerra desigualdades, violação de direitos e violência; indiscutivelmente, ele não deixa de mediar a ‘questão social’. Nesse sentido, não dá para debater o racismo sem minimamente buscar os seus nexos com a ‘questão social’ brasileira e com as suas múltiplas expressões (MARTINS, 2013, p. 11).

Martins (2012, 93) sobre a inserção da população negra no sistema de produção

capitalista, ou seja, no mercado de trabalho, argumenta que:

Na estrutura produtiva do capitalismo brasileiro, o racismo determinou o “lugar dos(as) racialmente discriminados(as)” no “exército dos desocupados” e/ou nas ocupações “irregulares e degradadas”. Portanto, o lugar dos negros passa a ser aquele relegado pelos não discriminados racialmente (grifos originais).

Os pontos elencado pelas duas autoras sobre a questão social, o sistema de produção capitalista e a população negra, indicam um percurso para seguir na trajetória acadêmica. As desigualdades raciais e sociais vivenciadas no cotidiano da população negra mediam as expressões da questão social, e a população negra acessa as proteções sociais advindas das políticas sociais e públicas. Compreendendo que os eixos que perpassam a formação profissional do Serviço Social são compostos por Questão Social, Proteção Social, Política Social e Política Pública, mas o que não é mencionada é a relação visceral desses eixos com a população negra. Silva Filho (2004, p.19), em sua dissertação, destaca que:

Essas categorias, **Questão Social/Proteção Social, Política Social e Política Pública**, formam o eixo de sustentação profissional do Assistente Social, logicamente as questões que afetam o cotidiano da população negra brasileira deve ser parte das preocupações desses profissionais e a sua intervenção para resolução desse problema e se faz muito necessária (negritos originais).

Sendo assim, propaga-se a necessidade de compreender a relação que é estabelecida entre as instituições sociais e o racismo institucional, para estabelecer de que forma a/o assistente social, enquanto um profissional que em sua prática profissional pode ser um (a) profissional que combate o racismo institucional nas instituições. Faleiros (2015, p.44) define as instituições sociais enquanto “organizações específicas da política social, embora se apresentem como organizações autônomas e estruturadas em torno de normas e objetivos manifestos”, tendo uma relação com o Estado e a sociedade civil, e a relação visceral com o Estado. Destacando o dever do Estado em assegurar os direitos civis, sociais e políticos da população negra, mas que, todavia, são violados. Emergindo a urgência de um posicionamento que insere nesses pontos a atuação eficaz e estruturante do racismo institucional.

O Estado possui o papel de regulamentação das políticas sociais. Destaca-se que o Estado dispõe de um grau de autonomia, em relação, à condução das políticas econômicas e sociais, portanto, ele pode empregar mais ênfase aos investimentos sociais ou privilegiar políticas econômicas, assim como possui papel fundamental na formulação, regulação e

ampliação de direitos sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). A sua autonomia nacional em definir quais modalidades e abrangências das políticas sociais, desperta a necessidade de relacionar os mecanismos estruturantes, que podem causar interferência na sua atuação. Ressaltando a necessidade de compreender o conceito de racismo institucional no cerne da formulação dessas políticas, como, por exemplo, as políticas estruturantes de geração de emprego e renda. Estabelecendo uma relação pontual no que se refere às condições de pauperismo experimentadas pela população negra no âmbito da sociedade brasileira (EURICO, 2011). Sendo assim, é imprescindível compreender de que maneira a população negra tem acessado os serviços sociais, e os dados apontam que a situação desse grupo, é condicionada na pobreza absoluta e relativa (DIAS, 2015). Mas a indagação que faço é sobre como o Estado, principalmente nas suas instituições públicas, tem assegurado a cidadania plena, na perspectiva das necessidades humanas, para a população negra.

Segundo o artigo 2º do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10) o dever do Estado é definido como:

É Dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Compreendemos que a luta antirracista que o Serviço Social assume – e que deve aprofundar ainda mais em sua produção teórica e em seus projetos de intervenção profissional – traça o percurso que o projeto ético-político do Serviço Social direciona a profissão, optando por um direcionamento de projeto societário que consiste na construção de uma nova ordem social com a recusa à exploração e à dominação de classe, raça/etnia e gênero (MARTINS, 2013). O Código de Ética do/a Assistente Social aponta a existência de uma “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2011, p.24). Desta forma, o Serviço Social brasileiro se manifesta de forma diferenciada das demais profissões, pois o direcionamento do seu projeto ético-político assume a opção em seguir o lado “da classe trabalhadora, composta pela parcela mais empobrecida da sociedade brasileira, negros(as), mulheres, homossexuais, lésbicas, transexuais” (DIAS, 2015, p. 325 e 326).

Tendo em mente que a/o profissional de Serviço Social é um/a profissional que atua

diretamente com a parcela da população mais pauperizada da sociedade, que é composta majoritariamente por negras/os. É necessário que seja realizada uma análise que entenda a realidade cotidiana dessa população, no que tange compreender a estruturação das instituições. Sustentando a qualificação utilizada por Netto (1999, p. 95), do projeto ético-político do Serviço Social enquanto um conjunto de:

(...) valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Desta forma é urgente desvelar a relação estabelecida do Serviço Social com o racismo institucional. A situação da população negra nas camadas mais vulneráveis da sociedade é naturalizada, além disso, a culpa dessa situação recaiu sobre a população negra. Mas compreendendo que é no processo histórico que conseguimos as respostas para organizar as respostas que o Serviço Social pode dar para o enfrentamento do racismo institucional.

E pensando dessa forma, Iamamoto (2012, p. 229) pontua que:

Aprofundar a leitura da organização dos processos de trabalho em que inscreve o assistente social na atualidade para estabelecer uma base realista – sem perder o encanto do sonho e da utopia – às nossas projeções profissionais e à sua viabilização. Sem considerar essa dinâmica histórica, ao se falar em projetos societário e profissional pode-se cair na armadilha de um discurso que proclama valores radicalmente humanistas, mas não é capaz de elucidar as bases concretas de sua objetivação histórica. Essa artimanha pode subverter a projetada intencionalidade progressista, correndo-se o risco de reforçar e atualizar uma dupla armadilha persistente na história do Serviço Social: de um lado, atualizar a clássica disjunção entre valores e conhecimentos, que afirma a apreciação moral das injustiças, mas, no campo do conhecimento, não é capaz de desvendar os processos históricos e deles extrair suas contradições e potencialidades transformadoras. De outro lado, o risco de repor objetivos finalistas dissociados da dinâmica conjuntural e dos sujeitos que lhe dão sustentação histórica: a “missão” nos primórdios do Serviço Social, a consigna da transformação social, tal como empregada no movimento de reconceituação e reciclada como serviço social alternativo no contexto latino-americano da profissão.

Trata-se de refletir as dimensões da prática profissional, mas com enfoque para a formação profissional das/os assistentes sociais brasileiras/os. Guerra (2003, p. 17) afirma

que:

A formação dos assistentes sociais brasileiros desde a década de 80 dispõe de um projeto que lhe dá a direção do ensino e contempla um determinado perfil de profissionais. Como resultado dos movimentos das classes trabalhadoras, na esteira do processo de democratização da sociedade brasileira, esse projeto se consolida na década de 90.

Gerando a necessidade de relacionar o direcionamento do projeto ético-político do Serviço Social com as lutas dos Movimentos Negros nas reivindicações das pautas centrais. Permeiar a relação do Serviço Social com a população negra, e de que forma o racismo institucional pode interferir na formação profissional e resultando na naturalização dos efeitos do racismo na situação da população negra brasileira. Compreendendo que essa formação profissional é pensada na universidade, ou seja, através do seu tripé, que se sustenta através do artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 na qual afirma que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). O que gera questionamentos cabíveis e necessários: De que forma a formação profissional em Serviço Social contribui para a naturalização do racismo e seus mecanismos reprodutores, no que insere o racismo institucional? Quais as estratégias o Serviço Social pode executar para o enfrentamento do racismo institucional no âmbito da formação profissional? Quais os desafios enfrentados na formação profissional para que possibilite a concretude do projeto ético-político profissional do Serviço Social nas instituições?

2.1 Breve contextualização histórica: Historicamente qual a relação do Serviço Social com o Movimento Negro?

Não tenho medo de disputar
A consciência daqueles
Que o sistema ainda mantém em cativeiro
Na fé e na boa esperança,
De que um dia vão somar forças
Na luta pela real e efetiva abolição da população negra!

Antes de qualquer coisa, é importante compreender a relação histórica do Serviço Social com a população negra, na posição de usuário, profissionais e sujeitos políticos. Vamos dar início compreendendo a conjuntura da década de 80, compreendida como uma década importante para o Serviço Social, tendo como marco a Constituição Federal de 1988. Sobre esse cenário Yamamoto (2009, p. 202), indica que:

As particularidades da polêmica profissional, na década de 1980, são tributárias da complexidade histórica do Estado e da sociedade no Brasil, verificada com a expansão monopolista, a partir das novas condições econômico-políticas criadas com a ditadura militar e sua crise.

É nesse período que surge a necessidade de uma renovação do Serviço Social, qual consiste em ser “abrangente e plural, expressa tanto nos campos da pesquisa e do ensino, da organização político-corporativa dos assistentes sociais, como no mercado profissional de trabalho” (IAMAMOTO, 2009, p. 202). É através dessa renovação que o Serviço Social brasileiro pode nortear a sua reprodução e expansão na contemporaneidade brasileira e da América-latina. Esse processo de ruptura é direcionado no caráter teórico e prático-político, salientando a necessidade de ultrapassar a “visão doméstica, familiar e consensual das relações profissionais” (IAMAMOTO, 2012, p. 235), sendo assim, foram fomentadas as polêmicas teóricas e políticas, para contribuir no desenvolvimento de uma visão que em sua essência fosse crítica. As críticas direcionadas na órbita profissional envolveram a “explicação da sociedade e do exercício profissional nela inscrito; e [...] quanto ao ideário profissional, isto é, quando ao modo de pensar construído em sua trajetória histórica” (IAMAMOTO, 2012, p. 235). Desta forma, foi necessário um esforço de releitura da teórica e metodológica da profissão, o que resultou em um desdobramento da crítica marxista. Sobre o marxismo Iamamoto (2009, p.188) destaca que:

A concepção marxista apoia-se na teoria do valor trabalho, afirmando o primeiro da produção dos indivíduos sociais, pelas suas objetivações, das quais o trabalho é privilegiado como forma de objetivação humana, de prática. Outra dimensão, a ela inerente, é a perspectiva crítica-revolucionária, isto é, a apreensão do homem como ser prático-social, em que os produtores da riqueza – cuja fonte está na força de trabalho em ação, e, portanto no trabalho – têm centralidade na prática da vida social e, por isto, na sua re-construção teórica.

Iamamoto (2012) indica que as contribuições de Marx são possibilidades inesgotáveis, mas que “necessitam ser atualizadas por meio da pesquisa histórica criadora a partir das condições particulares da sociedade brasileira” (IAMAMOTO, 2012, p. 236). Esse é um pré-requisito essencial para se pensar novas perspectivas para realizar o fazer profissional cotidiano do Serviço Social. A autora ainda sintetiza a presença de três grandes eixos temáticos para a renovação do Serviço Social, sendo compreendidos por:

a) o resgate da historicidade da profissão, seja na reconstituição de sua trajetória na formação histórica da sociedade brasileira, seja na explicação das particularidades histórica de sua inserção da divisão social e técnica do trabalho; b) a crítica teórico- metodológica tanto do conservadorismo quanto da vulgarização marxista, introduzindo a polêmica em torno das relações entre história, teoria e método no Serviço

Social; c) a ênfase na política social pública, no campo das relações entre o Estado e a sociedade civil, com especial atenção para a seguridade social e, nela, para a política de assistência social (IAMAMOTO, 2012, p. 236. Grifos originais).

Esse processo permitiu que o Serviço Social pudesse se rever, em uma perspectiva que se encontrava com novas bases, tendo em vista que a mediação estava se dando através das relações societárias, ou seja, pelas relações de classe. Esse processo se deu através da análise histórica da profissão, podendo “ser reconstruído, adquirindo visibilidade, através das análises de cunho regional e estudos de casos” (IAMAMOTO, 2012, p. 236), mas não se limitou apenas a esse aspecto. Iamamoto (2012) indica que esse processo traspassou a perspectiva das particularidades profissionais em seu exercício na sociedade brasileira atual, isso envolve a relação estabelecida com o Estado e com as forças e movimentos das classes sociais, no que permite situar a posição do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho. Porém, essa perspectiva desdobrou em múltiplas interpretações resultando em:

Um debate, expresso na literatura, entre distintas visões do Serviço Social, inclusive no interior do campo progressista. No universo dos pesquisadores, que reivindicam um vínculo com a tradição marxista, afloram maneiras de pensar e explicar a profissão sob diferentes matizes (IAMAMOTO, 2012, p. 236).

Elisabete Aparecida Pinto, professora de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA, afirma que o processo de reconceituação do Serviço Social não se pretendia ser estanque, pelo contrario, trata-se de um processo que consiste em “um movimento de ação-reflexão-ação, no qual constantemente devem ser revistas as atitudes assumidas pela profissão” (2003, p. 21). Destacando que:

Nos anos de 1980, a ação se dá junto com as instituições, porque a instituição é compreendida fazendo parte de uma perspectiva ampliada do Estado: sociedade civil mais sociedade política – hegemonias revestidas de coerção. E, com base nessa concepção gramsciana, a instituição é entendida como um aparelho contraditório, que executa políticas sociais, mantém os interesses das classes dominantes, mas também incorpora os interesses das classes dominadas. Com esses pontos de vista, a ação profissional concretiza-se embasada pelo método dialético (PINTO, 2003, p. 21).

O Serviço Social encontrou diversas preocupações que o envolvem ao se colocar como objeto em suas pesquisas, mas ao mesmo tempo foi perceptível que “às relações entre o Estado e a sociedade civil nos quadros da expansão monopolista sob a hegemonia das finanças” (IAMAMOTO, 2012, p. 237) também contribuíam para as preocupações que envolvem o Serviço Social. As/os pesquisadoras/es do Serviço Social através do acúmulo

crítico que foram adquiridos através das análises da profissão, relacionadas as relações sociais fundamentais da sociedade capitalista, podendo decifrar a relação estabelecida entre o Serviço Social com a assistência, resguardada enquanto um direito social, e que pudesse ultrapassar as perspectivas assistencialistas. Iamamoto destaca que essas preocupações abriram as possibilidades para o Serviço Social privilegiar as políticas sociais, envolvendo um processo de contribuição para “uma politização da ação profissional, não mais nos marcos do militantismo, mas no sentido de compreender suas imbricações com o poder das classes e, destacadamente, com o poder do Estado” (2012, p. 237). Iamamoto (2012, p. 237) afirma que:

Esse campo de preocupações vem fazendo com que o assistente social, ao repensar as determinações sociopolíticas de seu trabalho, passe a enfrentar, em conjunto com a sociedade, os dilemas da construção da esfera pública, da democracia, da cidadania dos direitos a ela inerentes, considerando as particularidades do exercício profissional e sua condição de cidadão.

É importante salientar que esse avanço no que diz respeito à possibilidade de uma “crítica teórico-metodológica tanto do conservadorismo quanto do marxismo vulgar, articulado em torno do debate histórico, teoria e método” (IAMAMOTO, 2012, p. 237), permitiu ultrapassar a denúncia do tradicionalismo profissional e se encaminhar para uma efetivação do enfrentamento dos dilemas profissionais no que se refere à construção da crítica teórica como na explicação dos seus limites socioculturais e políticos referindo-se ao fazer profissional (IAMAMOTO, 2012). Destaca-se ainda que:

No empenho em superar “metodologismos” a favor de uma maior proximidade do Serviço Social com as grandes matrizes do pensamento social na modernidade, delas extraíndo os fundamentos teórico-metodológicos para a explicação da profissão e para iluminar as possibilidades de sua atuação (IAMAMOTO, 2012, p. 237).

A utilização do método marxista é empregada na perspectiva de explicar os processos históricos na sociedade capitalista e suas transformações. Mas é preciso compreender que:

Se a tradição marxista fosse viável apenas para analisar o que se denominam “grandes determinações da sociedade”, não sendo capaz de elucidar a vida social cotidiana na sua historicidade, ela, de fato, não teria sentido, enquanto uma perspectiva teórico-metodológica para a explicação do processo histórico da sociedade capitalista e suas transformações (IAMAMOTO, 2012, p. 238).

A autora ainda destaca que “o Serviço Social, construiu, ao longo de sua existência,

uma história de sua prática e uma história do ideário que incorporou para se explicar na sociedade e para nela projetar o seu fazer” (IAMAMOTO, 2012, p. 239). Desta forma, buscamos compreender a relação estabelecida entre o racismo institucional e a formação profissional do Serviço Social, o que nos remete a buscar na historicidade da profissão para estabelecer qual é a sua relação com a população negra.

É importante sempre salientar que em 1988 foi o centenário da Abolição da escravatura mercantil. É um período de grandes avanços da organização negra brasileira. É importante afirmar a identidade de sujeito político da população negra brasileira. É um exercício de dar continuidade ao projeto abolicionista, no que se refere ao grande desafio e compromisso de “abolir da vida brasileira a herança perversa da escravidão” (GIL, 2008, p.9). É a possibilidade de repensar a presença dos Movimentos Negros, enquanto indivíduos e coletivos, nos marcos políticos e históricos. Sendo assim, é necessário destacar a presença da população negra e as contribuições na constituinte, que resultou na construção da constituição de 1988. Uma das principais reivindicações dos movimentos negros é o da criminalização da prática do racismo na sociedade brasileira, mas no caráter de crime inafiançável e imprescritível. É necessário lembrar-se da criação da Fundação Palmares, enquanto a primeira instituição governamental federal voltada para a população negra. Mas o crivo problemático da sua criação foi a vinculação ao Ministério da Cultura, que remete a uma visão marcadamente cultural das relações raciais, mas que posteriormente foi ganhando notoriedade das demandas da população negra (IPEA, 2003).

A década de 80 foi marcada pela participação ativa e política dos movimentos sociais e das greves, destacando aqui o movimento negro. É em um contexto de organização de grupos para lutarem contra a ditadura militar. É nesse contexto de centenário da Abolição que os movimentos negros denunciam a desigualdade racial e social. Mas é necessário compreender que o movimento negro estabelece uma relação de parceria com os demais grupos e movimentos sociais, incluindo a categoria profissional do Serviço Social.

Pinto (2003, p. 11) faz um destaque importante sobre a atuação das/os assistentes sociais nesse período:

O assistente social trabalha com a população negra sem ao menos ter conhecimento de sua história, de sua cultura e dos seus problemas, estes desencadeados pelo racismo camuflado, pela falsa “democracia racial”, ideologia que a classe dominante faz questão de manter, sendo

responsável pela alienação da população negra, bloqueando os seus processos de conscientização, participação e organização política.

A autora realiza a sua análise em relação à formação profissional do Serviço Social na faculdade de Serviço Social da PUC de Campinas, nesse período de 1981 a 1986, compreendendo que o Serviço Social é norteado pelos momentos históricos. Foi observada a inserção de uma prática do Serviço Social mais próxima dos movimentos sociais. A perspectiva da organização popular abriu um grande campo de ação da Faculdade de Serviço Social de Campinas, e dentre os movimentos sociais foram destacavam os movimentos e associação de moradores de favelas; os movimentos de mulheres; o movimento de reforma agrária e o movimento de saúde e educação popular (PINTO, 2003). Entretanto, a autora segue na ilustração da relação entre a formação profissional e o movimento negro:

Contudo, não havia o mesmo empenho do Serviço Social com os movimentos e organizações negras; do contrário, havia sim, principalmente em relação aos usuários negros, descompromisso, incoerência e contradição [...] Nem mesmo diante dessa atmosfera de mudanças, a Faculdade assumiu um compromisso com a população negra, maioria dos usuários dos serviços sociais. Esse desserviço decorrente da discriminação racial tem perpetuado problemas específicos dessa população nas relações sociais do trabalho, ou melhor, no exercício de sua cidadania e em relação à própria cultura.

Pinto (2003, p. 28) destaca que a maioria dos usuários que recorriam às instituições assistenciais eram a população negra e moradores de favelas, salientando já nesse período que:

A população negra é a que mais sente, em seu cotidiano, os problemas de ordem econômica e social, como subnutrição, déficit educacional, discriminação racial no campo de trabalho e problemas habitacionais (residir em submoradias: favelas, cortiços etc.).

Com os elementos trazidos por Pinto (2003), tornam evidente a necessidade de compreender os pormenores que relacionam a atuação das/os assistentes sociais com a população negra. É um caráter que deve ser amplamente compreendido pela base profissional, mas também é imprescindível que o corpo acadêmico, que forma a base profissional, fomente esse debate em sala de aula, em pesquisas e extensão. Afinal, é uma pauta que abarca toda a sociedade brasileira, e ressaltando aqui que compreendemos que essa luta não é exclusiva da população negra – organizados ou não –, e nem tão pouco que apenas uma categoria profissional vai desconstruir a estrutura racista na sociedade brasileira.

A Revista *Libertas*, que é da faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, em seu volume 13, n.1 de 2013, em dossiê temático, realizou uma

entrevista com um assistente social e professora, que relatou a realidade da população negra nesse período, além da relação do Serviço Social com o Movimento Negro, nas lutas em relação à vida e acessos aos direitos humanos e constitucionais na década de 1980. A entrevista que vamos resgatar nesse trabalho é sobre o pioneirismo da discussão etnicorracial no Serviço social, realizada com a Dra. Magali da Silva Almeida, professora adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia - UFBA, além de ser coordenadora de estágio em atuação.

A professora Dra. Magali descreve, nessa entrevista, a situação da população negra e do Serviço Social na década de 1980. Discorrendo principalmente sobre a organização da população negra, ela sinaliza que o debate sobre os efeitos do racismo – preconceito, discriminação, opressão, exploração e exclusão – para a população negra na sociedade brasileira, com enfoque nos anos 1980, revelam a falácia da existência do mito da democracia racial. Ela faz um resgate histórico da organização nacional dos Movimentos Negros (MN), com a perspectiva política de denunciar o mito da democracia racial, ou seja, do paraíso racial, mas que também se aglutinaram para realizar uma denúncia coletiva do “racismo antinegro perpetrado pelo Estado e suas instituições” (Almeida, 2013, p. 231). Esse resgate histórico, mais uma vez, indica que a população negra sempre soube quais são as suas demandas e necessidades, além de salientar e verbalizar as violações de direitos que sofrem no âmbito da sociedade brasileira, e ousamos em afirmar, que mesmo sem conceituar, a população negra já estava se manifestando contra o racismo institucional. Seguindo a contextualização histórica, realizada em entrevista, Almeida (2013), ilustra de forma eloquente, sobre a relação estabelecida do movimento negro e o Serviço Social nos anos 1980:

Nós – aqui coloco-me como militante do MN – nos engajamos na construção da Marcha Contra a Falsa Abolição. Quando os MN assumem essa bandeira, essa agenda, eu estava militando no Conselho Regional de Serviço Social no Rio de Janeiro (na época CRAS-RJ), no cargo de vice-presidente. Lembro-me que coloquei em pauta na reunião do conselho pleno do então CRAS a necessidade da entidade assumir essa bandeira de luta, ou seja, a luta contra o racismo e suas mazelas. Assim, assumimos essa luta. Então, a nossa entidade é umas das entidades dos trabalhadores que, em conjunto com o MN, organiza a Marcha de 1988, participando do núcleo de organização estadual. Por conta dessa participação, passamos a ser uma referência para as outras entidades de classe no Rio de Janeiro sobre esse tema (2013, p. 231).

Esse marco na relação do Serviço Social, mesmo que em contexto do estado do Rio de Janeiro, foi um marco importante para o avanço no debate do Serviço Social e a questão

racial. E desta forma, um dos momentos que tensionaram a temática da questão racial nos espaços do Serviço Social em relação ao debate na luta antirracista, em 1989 no VI Congresso Brasileiro de Assistente Social – CBAS, que foi realizado em Natal no ano de 1989, na qual a professora destaca como uma marca importante do pioneirismo do Serviço Social nesse debate:

Um grupo de assistentes sociais de São Paulo e Rio de Janeiro participaram apresentando suas teses sobre o Serviço Social e a questão racial. É interessante destacar que o CBAS na época tinha como direção nacional a ANAS, e as comunicações (na época eram denominadas “teses”) eram aprovados em grandes assembleias. Era necessário sair do plenário e defender a tese publicamente. O Pré- CBAS de 1989 foi na UERJ. Então Fátima e eu defendemos a tese intitulada “Serviço Social e os Bastidores do Racismo”. Aprovada a nossa tese, fomos aplaudidas de pé. E foi assim que o tema chegou ao CBAS. Todavia, tínhamos um problema, pois não havia um GT específico para a questão étnico-racial. Todo debate sobre diversidade humana foi encaminhado para o eixo temático “Análise de Conjuntura Econômica, Política e Social na Realidade Brasileira e no Contexto Latino- Americano Referenciado ao Capitalismo Internacional”. O nosso trabalho abordou a as expressões da questão social e as determinações do racismo no marco do capitalismo. A relação raça e classe (ALMEIDA, 2013, p. 232).

Desta forma, podemos observar que em períodos diferentes de tempo (tanto no período escravocrata como no centenário da abolição da escravização mercantil), em relação à população negra, o racismo institucional sempre esteve regulando a vida da população negra. Os apontamentos elencados pelas autoras (PINTO, 2003; ALMEIDA, 2013), sobre a situação da população negra nas políticas sociais e na proteção dos direitos do trabalho, nos permitiu traçar uma linha sobre a situação da população negra. Destacando que essa população, em grande maioria, sempre se encontra em situação de vulnerabilidade, e desta forma, podemos observar a regulamentação do Estado e suas instituições em relação à população negra, que se configura enquanto racismo institucional. As movimentações de 1980 nos permitem analisar a importância de resgatar o período escravocrata enquanto um marco histórico, que cominou na desumanização da população negra, ou seja, seres humanos que não eram tratados como cidadãos de direitos, mas material de trabalho, como 100 (cem) anos depois, a população reivindicando ainda o direito de ser tratada como cidadãos, pois os estigmas do período escravocrata permanecem na estruturação capitalista da sociedade brasileira.

O resgate histórico desse período do Serviço Social e a relação estabelecida com a população negra, enquanto cidadãos e usuários dos serviços sociais e enquanto movimentos negros – enquanto sujeitos políticos – na análise de Pinto (2003) e Almeida (2013) é

essencial para a compreensão crítica da constituição das desigualdades sociais e raciais no Brasil, mas principalmente, reforçando a inquietação em relação ao silêncio do Serviço Social em relação ao perfil dos seus usuários, não se atentando as demandas que impulsionam a condicionalidade dessa população na condicionalidade das expressões da questão social. É histórica a massificação da população negra nas desigualdades sociais e raciais, que em suma, não é uma questão nova ou contemporânea.

2.2 Naturalização do Preconceito Racial e Racismo Institucional: o Que Tem a Ver Com o Serviço Social?

O opressor só é forte
 Por que ele tem
 Uma estrutura sólida
 Que favorece os seus privilégios,
 Mas quando essa estrutura cair
 Ele não terá no que se apoiar!

A naturalização é o que antecede todas as formas de preconceito e a discriminação. A desnaturalização do racismo é um desafio para a luta antirracista, principalmente do racismo institucional. O perigoso efeito da naturalização de embotar a nossa visão é essencialmente ideológica, pois ela “está relacionada ao senso comum, ao “é como é”, como se o mundo tivesse uma essência e não fosse resultado de construções históricas e sociais” (MORAES, 2013, p.18). A naturalização está presente em todos os tipos de dominação, como por exemplo, na presença dos Jesuítas, representando a instituição Igreja, na catequização dos escravizados africanos, afirmando que a escravização era uma condenação divina, e que eles deveriam aceitar essa condição para agradar a deus cristão (SILVA FILHO, 2004). Poderíamos citar muitos exemplos de naturalização das opressões experimentadas pela população negra, mas o intuito aqui é apontar a naturalização do racismo institucional. Moraes (2013, p. 18) afirma que:

É importante entender essa dinâmica para reconhecer os lugares nem sempre visíveis nos quais o preconceito opera: aqui, vamos nos concentrar [...] nesse fenômeno especificamente relacionado à cor da pele. Ele está diretamente ligado à perigosa ideia de uma democracia racial ainda existente no País, ideia esta que tanto torna mais difícil o desmonte dessa falácia quanto estaciona e perpetua as injustiças sociais.

O mito da “democracia racial” se existisse, estaria totalmente desatualizado, pois não acompanha as estatísticas sobre a situação da população negra no Brasil, de que forma estão acessando os serviços, benefícios, proteção social e o mercado de trabalho. Segundo o IPEA

(2014) um dos dados sobre as características fundamentais das famílias é medida pela renda: “A renda é um bom indicador de acesso a bens e serviços e possibilita identificar as desigualdades raciais entre as famílias” (2014, p. 14). As famílias negras “possuem nível de renda *per capita* familiar menor que os brancos, sendo mais numerosos nas faixas de rendimento com menos de 0,5 salário mínimo de renda mensal *per capita* familiar” (IPEA, 2014, p.15), indicando que a população negra é maioria em situação de pobreza. O tipo de inserção no mercado de trabalho gera uma desigualdade de renda entre brancos e negros (IPEA, 2014), considerando que 2,3% dos cargos de funcionário público são ocupados por negros, e que 49,9% dos trabalhadores em situação precária são negros (IPEA, 2014). Em relação à agenda oficial do governo sobre o combate ao racismo, Petinelli (2011) ressalta que apenas 41% das duas primeiras conferências de igualdade racial foram aprovadas nas agendas de políticas públicas do governo e que o orçamento da Secretária de Política de Igualdade Racial (Seppir) foi um dos menores dos ministérios, tendo em vista que em 2013, esse orçamento equivaleu a R\$ 0,62 ao ano para cada negra(o) brasileira(a), podendo constatar que a temática racial é posicionada nos subterrâneos da institucionalidade (PETINELLI, 2011; OLIVEIRA, 2016).

Percebe-se que a naturalização, com base no mito da democracia racial, está por trás da estruturação do racismo institucional. A compreensão do conceito de racismo institucional é extremamente necessária, para entender como ele se estrutura na sociedade e nas instituições. Como já mencionado no Capítulo I desse trabalho, o racismo institucional é o fracasso coletivo das instituições em promover um serviço e profissionais apropriados às pessoas por causa da cor e fenótipos, cultura ou/e origem étnica. Configurando como um mecanismo de legitimação da estrutura racista, tendo como resumo a exclusão da população negra no acesso aos serviços sociais, às políticas sociais⁵ e aos programas sociais. Constrói, assim, uma cisão cultural, política, econômica e social desse grupo, agudizando as desigualdades sociais do modo de produção capitalista (CARMICHAEL e HAMILTON, 1967). Jurema Werneck (2013, p. 16) define o racismo institucional enquanto:

Um modo de subordinar o direito e democracia às necessidades do

⁵ Destacamos a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em novembro de 2006, enquanto uma estratégia para o enfrentamento e prevenção do Racismo Institucional, no âmbito do SUS, tendo o racismo “como um dos fatores centrais na produção das iniquidades em saúde experimentadas por mulheres e homens negros, de todas as regiões do país, níveis educacionais e de renda, em todas as fases da vida” (WERNECK, 2016, p. 540), e que aponta a necessidade de um maior e melhor acesso ao sistema de saúde, e que mesmo com a concepção de um sistema universal de saúde com integralidade, equidade e participação social, mostrou não ser suficiente, e que o racismo e a discriminação foram apontados como determinantes associados ao adoecimento e à morte precoce de mulheres e homens negros.

racismo, fazendo com que os primeiros inexistassem ou existissem de forma precária, diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação desse último.

Almeida (2013, p. 237) em entrevista para a revista *Libertas*, afirma que o racismo institucional é:

Um fenômeno recentemente estudado. São poucas as pesquisas empíricas a respeito. Posso dizer que este racismo é estruturante das relações de dominação e das relações de conquistas de expansão territorial, colonialistas que se estabeleceu nas Américas e no mundo todo. Acho que esse tipo de racismo é difícil de ser identificado. Talvez em um onde a justiça vigore, no qual as instituições não estão moralmente corrompidas, e um controle social ativo, a população negra e outras etnias discriminadas tenham mais chance de denunciá-lo e judicializá-lo. Agora, em um país como o nosso, com o sistema Judiciário, o Legislativo comprometido, fica muito difícil dar visibilidade ao racismo institucional porque este racismo fere o acesso, viola direitos individuais e coletivos. Afeta não só a vítima, mas também, de certo modo, a todos que compartilham daquele espaço. Mas, uma das características do racismo institucional é a não presença do agente, porque ele está na norma.

Matilde Ribeiro, assistente social e ex-ministra da Secretária de Política de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, também foi entrevistada pela Revista *Libertas*, e sobre o racismo institucional, ela indicou que:

O conceito de racismo institucional é muito importante quando se trata de justificar a luta por direitos e cidadania, mas ele está longe de ser entendido pela maioria. Também entendo que as ações afirmativas, no contraponto ao racismo institucional, constituem estratégias que fazem parte da política da igualdade racial. Contudo, elas se misturam com debates, também conceituais, que podem levar a uma diluição do que é o objetivo. Por exemplo, o debate sobre diversidade. O debate da diversidade pode ser prima das ações afirmativas no combate ao racismo institucional, mas a depender de como ela é utilizada, como conceito. Ela também pode contribuir para o freio das coisas que não contribuem para que as coisas andem. Então, entendo que são escolhas que a gente faz, que, do ponto de vista conceitual, é fundamental para avançar na lógica das políticas públicas e na garantia dos direitos. O fundamental é enfrentar o racismo, e os conceitos são ferramentas que devem se combinar com ações efetivas. Esses conceitos estão na praça e devemos ter sagacidade para usá-los no enfrentamento do racismo (RIBEIRO, 2013, p. 221-222).

Eurico (2013) em sua dissertação de mestrado sinaliza que o racismo institucional possui duas dimensões interdependentes e correlacionadas: político-programática e das relações interpessoais. A dimensão político-programática é compreendida enquanto “as

ações que impedem a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas no combate ao racismo, bem como a visibilidade do racismo nas práticas cotidianas e nas rotinas administrativas” (EURICO, 2013, p. 59-60). Já a dimensão das relações interpessoais é determinada pelas relações estabelecidas “entre gestores e trabalhadores, trabalhadores e trabalhadores, trabalhadores e usuários, e entre usuários e trabalhadores, sempre pautadas em atitudes discriminatórias” (EURICO, p. 60). A autora pontua que o reconhecimento da reprodução do racismo institucional nas instituições é o que possibilita o questionamento de sua manutenção e a possibilidade da criação de estratégias para o enfrentamento.

O enfrentamento e combate ao racismo institucional envolve um processo de “mudança de postura daqueles que representam e trabalham nas instituições” (EURICO, 2013, p.60). Ressalta-se a importância desse processo envolver um posicionamento político, tanto da população que acessa os serviços, como dos trabalhadores e gestores, e que seja desmistificado o discurso embutido nos serviços de uma “universalidade e da igualdade de tratamento, aliada à democracia racial” (EURICO, 2013, p.60).

É importante observar que no ano de 2000, o Brasil estava se preparando para a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que foi promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), que aconteceria no ano seguinte, na África do Sul, na cidade de Durban. A preparação para a Conferência de Durban, resultou na formulação e implementação do Programa de Combate ao Racismo Institucional (EURICO, 2013; MORAES, 2013). O PCRI, como bem sinaliza Eurico (2013, p. 60), “trabalha na perspectiva de contribuir com o estabelecimento de políticas de desenvolvimento e redução da pobreza que possam combater as desigualdades” que é decorrente da origem racial, ou seja, fenótipos e cor, mas na compreensão de que o racismo é estruturante na sociedade brasileira.

Mas o que isso tem a ver com o Serviço Social? Eurico (2013b, p.291) levanta a hipótese de que:

O trabalho do assistente social sofre interferências do racismo institucional, que fortalece a naturalização e a culpabilização da população negra por sua permanência majoritária nas camadas mais vulneráveis da sociedade, dificultando a proposição de ações que modifiquem essa realidade racialmente fundada.

A visão das/os assistentes sociais sobre a temática étnico-racial e dos mecanismos de

reprodução do racismo ainda é destorcida (EURICO, 2013b). Todavia, o Serviço Social brasileiro tem um posicionamento ético e a ação política concreta como fundamentais para a atuação profissional não ser ofuscado pelas ações imediatistas e irrefletidas (EURICO, 2013). O Serviço Social brasileiro enquanto coletivo profissional deve assumir as bandeiras de luta para “a superação da realidade excludente e discriminatória com vistas à erradicação do racismo, do preconceito e da discriminação racial” (EURICO, 2013, p. 96-97).

Eurico (2013b, p.307 - 308) através da sua pesquisa, elenca desafios para o Serviço Social Brasileiro:

Que vão desde o reconhecimento da importância da discussão racial para o Serviço Social; a proposição de ações que efetivem a inclusão do quesito raça/cor nos instrumentais utilizados com a consequente interpretação dos dados; a desconstrução dos estereótipos ainda presentes no discurso profissional que, via de regra, desqualificam a população negra; o exercício da escuta qualificada como um dos caminhos para a reconstrução da trajetória dos sujeitos e para a proposição de alternativas à permanente discriminação racial; e, por fim e sistematicamente, a ampliação do debate sobre a questão racial e os instrumentos normativos nos fóruns e entidades representativas da categoria profissional.

Desta forma, é urgente que o Serviço Social, tanto na atuação profissional como na formação profissional, se aproprie do conceito de racismo institucional, de forma que possa desnaturalizar a condição da população negra, assim como a naturalização entre a pobreza e a população negra, enquanto categoria profissional. É necessário romper com a barreira posta entre o Serviço Social e a questão racial, afinal, a maioria das/os usuárias/os do Serviço Social são negras/os. Reforçando que o combate ao racismo institucional é uma responsabilidade social, não apenas de uma única categoria profissional.

2.3 O Poder Institucional Ampliado Pelo Racismo Institucional

Rebele-se!
Organize o seu ódio
Contra as estruturas e instituições racistas!
Eles não podem mais controlar
O acesso dos herdeiros de Dandara e Zumbi!

O racismo institucional possui uma atuação difusa no âmbito das instituições, podendo ser de caráter estatal ou privado, o que acaba por gerar desigualdades na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades entre os segmentos etnicorracial da população (LOPEZ, 2012).

Márcia Campos Eurico (2013) traz a compreensão de que da “forma como as instituições públicas estão estruturadas pode reforçar o racismo contra amplas parcelas da população, em virtude de sua origem étnico-racial” (2013, p. 291). Este possui uma forma de atuação difusa no funcionamento cotidiano das instituições e organizações. No que promove “uma desigualdade na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial” (LOPEZ, 2012, p. 121). Tendo em vista, que a presença do racismo institucional coloca em desvantagem a população negra, em relação ao acesso aos serviços e benefícios ofertados pelo Estado.

As políticas públicas e sociais são desenvolvidas no âmbito institucional. Faleiros (2015) afirma que as instituições, na configuração de instrumento de políticas sociais, possuem uma estrutura voltada para diversos tipos de usuários, que podem variar de acordo com o contexto econômico, social e político. E o comprometimento do trabalho e dos serviços oferecidos pelas instituições é dado “toda vez que a instituição não oferece acesso qualificado as pessoas em virtude de sua origem etnicorracial, da cor da sua pele ou cultura” (EURICO, 2013, p. 60). Esse comprometimento do trabalho e da distribuição de benefícios e serviços sociais é ocasionado é resultado do racismo institucional.

Os apontamentos indicados para a desconstrução do racismo institucional são construídos na implementação de políticas públicas e sociais, no contexto em que possam provocar um processo de desracialização das relações sociais (LOPEZ, 2012). Partindo de uma perspectiva dialética das relações sociais, as políticas sociais são entendidas numa relação contraditória de interesses e função. Nesse contexto, é importante destacar os avanços e limites das políticas sociais para a população negra. Como aponta Jaccoud (2008, p. 59):

O aumento expressivo da cobertura da população pelas políticas sociais não tem colaborado significativamente para a redução das desigualdades raciais. Os avanços no sentido da consolidação de políticas sociais universais têm ampliado o acesso e as oportunidades da população negra, mas, em geral, não vêm alterando os índices históricos de desigualdade entre brancos e negros.

Na mesma afirmação Salvador e Yannoulas (2013, p. 3) destacam que “os limites detectados podem estar relacionados ao caráter incipiente das elaborações”, pois “considerando que as relações sociais estão marcadas por assimetrias, podemos afirmar que o fator raça/cor é determinante para a exclusão ou inclusão dos indivíduos” (DIAS, 2015, p. 313). Portanto, o racismo institucional, não gera apenas a falta de acesso e de menor qualidade aos serviços, benefícios e direitos, mas que enquadra a população negra em uma

condição estruturante de desigualdade na sociedade brasileira.

Isso acarreta na indispensabilidade de gerar reflexões acadêmicas que possam auxiliar no combate do racismo institucional no âmbito das instituições, e que possa refletir nos profissionais.

Ressaltamos a necessidade de uma busca por melhor apropriação do conceito de racismo institucional no âmbito do Serviço Social, em relação à formação profissional que vamos desenvolver melhor no próximo capítulo, para refletir as “suas implicações para a intervenção do Serviço Social” (ROCHA, 2014, p. 22), no que se refere à consolidação do projeto ético-político profissional nas instituições. O que influencia na necessidade de se realizar pesquisas qualitativas de abordagem etnográfica que possam refletir sobre as manifestações do racismo institucional no cotidiano das instituições (LOPEZ, 2012).

CAPÍTULO III

Enfrentamento ao racismo institucional: que tipo de formação profissional é necessária?

O compromisso com a luta antirracista
 Deve ser um princípio
 Para aqueles que almejam
 Outro projeto societário,
 Isso é revolucionário!

Esse capítulo apresenta a possibilidade da formação profissional ser um dos caminhos para o enfrentamento do racismo institucional, assim como se propõem a analisar o projeto pedagógico do curso de Serviço Social na Universidade de Brasília – UnB, analisando juntamente com as diretrizes curriculares da ABEPSS, e analisar o currículo enquanto um instrumento de poder.

A formação acadêmica profissional do Serviço Social desde a década de 1980 possui direcionamento crítico expresso em seu projeto ético-político, e que traça um perfil de profissionais. A afirmação da profissão enquanto uma especialização do trabalho, que se inscreve na divisão social e técnica do trabalho, entendendo o trabalho enquanto uma primazia da constituição dos indivíduos sociais (GUERRA, 2003; IAMAMOTO, 2014).

Quando se pensa em formação profissional, se compreende que “íntegra conhecimentos, valores, modelos, símbolos, etc., acumulados naquele próprio fazer e no viver de formadores e formandos” (NICOLAU, 2004, p. 83). Trata-se de construção histórica que é determinada pelas condições sociais, e que envolvem a articulação das representações sociais da profissão pelos seus sujeitos.

A transmissão de conhecimentos, de teorias, não se faz independente das condições concretas e históricas dos seus agentes profissionais, dos próprios sujeitos da formação e do jogo de interesses polarizados. Nessa ótica, entende-se que não é apenas a informação teórica que forma o profissional; a formação atualiza, em seus objetos, a história e o contexto, a experiência e a vivência, de indivíduos e grupos. Logo, integra uma modalização da prática, mediatizada pelo trabalho. É o trabalho, assim circunscrito como fazer profissional, que potencializa um conhecimento novo acerca de objetos do real, do concreto, filtrando-o num movimento que o articula ao viver cotidiano. Nessa filtragem e articulação está o indivíduo ativo que, necessariamente, (re)constrói o que lhe chega, ao se apropriar dos objetos e objetivar esta apropriação em sua prática (NICOLAU, 2004, pp. 83-84).

Guerra (2003) indica que o perfil profissional contemporâneo se assenta na prioridade com a competência técnica, com a crítica e principalmente com os compromissos ético-políticos. A autora afirma que:

A formação profissional estabelece a necessidade de um sólido referencial teórico- metodológico, um conjunto de valores e princípios sociocêntricos adequados ao ethos do trabalho (como referencial ético-político) e um acervo técnico-instrumental que lhes sirvam de referências estratégicas para a ação. Daí a necessidade de formar profissionais capazes de desvendar as dimensões constitutivas da chamada questão social, do padrão de intervenção social do Estado nas expressões da questão social, do significado e funcionalidade das ações instrumentais a este padrão, através da pesquisa, afim de identificar e construir estratégias que venham orientar e instrumentalizar ação profissional, permitindo não apenas o atendimento da demanda imediata, mas sua reconstrução crítica (GUERRA, 2003, p. 17)

Sobre as diretrizes curriculares, Roseli da Fonseca Rocha (2014, p.91) assistente social e doutora em Serviço Social, destaca que:

O processo de construção das diretrizes curriculares empreendido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) na década de 1990 foi fruto de grande mobilização do coletivo profissional. Foram vários os fóruns de debate realizados pelo conjunto da categoria em todas as regiões do país. Docentes, pesquisadores e discentes discutiram a elaboração de uma nova proposta para o projeto de formação profissional com vistas à elaboração de currículo mínimo para o curso de Serviço Social.

Trata-se de um processo que se iniciou na década de 1980, impulsionado pelas demandas advindas da realidade conjuntural de profundas mudanças, que foi fruto das lutas democráticas no período da ditadura militar. Desta forma, requeria do Serviço Social um posicionamento de dar novas respostas às demandas postas no cotidiano profissional (ROCHA, 2014). A relação do Serviço Social com a população negra sempre existiu, mas aquém do compromisso em conhecer a realidade da população negra, isso no que tange conhecer a estruturação racista, envolvendo o combate ao racismo institucional. Destacando o seguinte:

Diante do quadro de expropriação da classe trabalhadora e de níveis alarmantes de desigualdade social, vê-se que a condição étnico-racial funciona como um importante mecanismo de seleção para o acesso a direitos em todas as esferas da vida social. Todavia, sob a égide do mito da democracia racial, as demandas sociais decorrentes do racismo, mesmo quando visíveis através de indicadores de desigualdades raciais, quase sempre são invisibilizadas, naturalizadas ou secundarizadas (ROCHA, 2014, p. 13)

Guerra (2003, p. 15) ressalta a necessidade das/os profissionais do Serviço Social ter conhecimento da realidade das/os usuárias/os, destacando a necessidade de conhecer:

A estrutura, conjuntura e contextos nos quais a profissão se gesta e se desenvolve; conhecer o seu significado sócio-histórico, sua funcionalidade e instrumentalidade; conhecer a população usuária, as mediações que na contemporaneidade atravessam a chamada “questão social”, os objetos sobre os quais nossa intervenção recai na atualidade, os projetos societários, as direções pelas quais a profissão tem se conduzido, as demandas potenciais e as formas como a profissão vem respondendo à elas.

E sobre os projetos pedagógicos do Serviço Social é instaurado um desafio:

Nesse âmbito, coloca-se o desafio de construir e reconstruir projetos pedagógicos que sejam expressão efetiva de necessidade históricas da sociedade e que envolvam não apenas a formação, mas também a qualificação. É nesse sentido que a concepção de formação profissional tem que ser ampliada abarcando os assistentes sociais já formados (GUERRA, 2003, p. 18).

Sendo assim, para pensar em realidade e cotidiano das/os usuárias/os de Serviço Social, principalmente nos campos de distribuição de benefícios, é necessário pensar a sua formação profissional, elencar elementos que transmitam o conhecimento da questão étnico-racial em totalidade. É uma das maneiras de proporcionar uma formação antirracista que possa combater o racismo institucional.

3.1 Formação Profissional em Serviço Social: a disputa!

Sem medo de denunciar,
Sem medo de gritar,
O teu racismo
Está matando
E é institucionalizado!

A formação acadêmica profissional contemporânea é resultado de um processo de renovação recente. Este processo possui um direcionamento ético-político, que aponta para o favorecimento de uma sociedade sem exploração e dominação de classes, etnia e gênero, ou seja, isso envolve um posicionamento da profissão contra o racismo (todas as dimensões e mecanismos de reprodução do mesmo) em seus documentos e leis reguladoras.

O Código de Ética Profissional da/o Assistente Social (CFESS, 2011, p. 23-25) elenca os princípios fundamentais, que direciona a formação e a atuação profissional, trabalhados em 11 (onze) princípios:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Esses são os princípios fundamentais do Serviço Social, que dizem respeito tanto à atuação profissional como à formação profissional. É nítido que a formação acadêmica profissional reverbera na sua atuação, ressaltando a importância de se pensar a formação profissional, não apenas na perspectiva mercadológica, mas também no direcionamento ético-político.

Observa-se que os princípios fundamentais da profissão detêm características que indicam uma atuação profissional sem a reprodução de quaisquer formas de preconceito, mas que também protege a/o profissional caso essa/e venha sofrer com os mesmos. Além disso, existe a defesa por uma nova ordem societária ausente de dominação e exploração de classes, etnicorraciais, gênero e etc. Mas para refletir esse processo, é necessário compreender a formação profissional como um caminho para alcançar a materialidade desses princípios.

Desta forma, é necessário pensar as correlações de formas por trás das diretrizes curriculares do Serviço Social. Iamamoto (2012, pp. 444-445) observa que:

As Diretrizes Curriculares legalmente vigentes não exprimem integralmente o projeto de formação profissional da ABEPSS. A proposta das diretrizes curriculares, encaminhada ao então Ministério da Educação e do Desporto, foi fruto de uma construção coletiva das unidades de ensino, com ampla representatividade, sob a liderança da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss). Essa proposta referendada pela então Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, assessorada da Secretaria de Ensino Superior –, SESu –, do MEC para assuntos relativos ao Serviço Social, foi encaminhada ao Conselho Nacional de Educação, onde sofreu uma forte descaracterização.

Para Rocha (2014, p. 93) o Conselho Nacional de Educação ao promulgar as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social vigente, “mutilou” os principais elementos que ressoavam “a radicalidade dos conteúdos construídos coletivamente pela categoria profissional”. Essa descaracterização da direção social da formação profissional recaiu fortemente nos conhecimentos e habilidades essenciais ao desempenho do assistente social, ou seja, comprometeu o projeto original (IAMAMOTO, 2012).

Boschetti (2004, pp. 22-23) destaca que:

Os pareceres e a resolução do CNE aprovando o currículo pleno do Serviço Social, emitidos em 2001 e 2002, após anos de análise, reduziram drasticamente o projeto pedagógico que constava nas diretrizes curriculares da própria ABEPSS. Não devemos entender essa redução drástica como mera simplificação e mera formatação padrão de todos os currículos. Considero que, por trás dessa simplificação, está um projeto de formação conflitante com a proposta de formação do Serviço Social, construído coletivamente pelas entidades a partir da ação da ABEPSS.

As alterações realizadas não foram apenas de palavras, sinônimos ou pontuação, foram também alterações políticas. Iamamoto (2012, p. 445) em sua análise aponta que: “no perfil do bacharel em Serviço Social constava “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, o que foi retirado e substituído por “utilização dos recursos da informática””. É nítido o descaso do CNE com a formação profissional.

Mediante as informações que já foram citadas, vamos analisar as diretrizes curriculares através das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social – com base no

Currículo Mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária em 08 de novembro de 1996 – para compreender como a formação acadêmica profissional pode ter um viés antirracista e que combata o racismo institucional. Realizando análise das perspectivas e fundamentações dos seguintes itens das DG: os pressupostos da formação profissional, os princípios e diretrizes curriculares da formação profissional e os núcleos de fundamentação.

A ABEPSS (1996, pp. 6-7) propôs os seguintes princípios fundamentais para a formação profissional do Serviço Social:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular
11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

Rocha (2014, pp. 94-95) ressalva que:

É a partir dos pressupostos que nortearam a concepção de formação profissional impressa na revisão curricular e dos princípios que fundamentam a formação profissional que são definidas as diretrizes curriculares, que defendem a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

E os princípios que definem as diretrizes curriculares são:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de

apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABEPSS, 1996, p. 7).

Essa nova organização curricular se embasou em um tripé de conhecimentos, quais foram constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional (ROCHA, 2014). Os núcleos de fundamentação são esses:

- Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social:

Este Núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica no desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade.

- Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira:

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbanoindustrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à

sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc.

- Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional:

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de

trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (ABEPSS, 1996, pp. 10-13).

A temática etnicorracial aparece como tema a ser debatido no núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Mas por entender que é “um elemento estruturante na formação das relações sociais, a questão da raça e etnia pode também ser tratada como tema transversal em diferentes núcleos” (ROCHA, 2014, p. 96). A introdução do debate dessa temática é um dos processos para consolidar o debate antirracista na formação profissional. Compreendendo que esse debate não é novo, afinal já é reconhecido “através dos princípios postulados no Código de Ética profissional aprovado no ano de 1993” (ROCHA, 2014, p. 97). Mas é necessário entender que a materialização desses princípios, principalmente o que diz respeito ao combate ao racismo e seus mecanismos de reprodução, no processo da formação profissional e do cotidiano profissional, nem sempre será envolvido em um processo ausente de conflitos. Isso é advindo da disputa pelos projetos societários, que não se assentam apenas no campo das ideias, mas que perpassam os nossos campos de intervenção profissional (ROCHA, 2014).

Eurico (2013) salienta que a aproximação do Serviço Social com a temática e debate sobre a questão etnicorracial ainda é tímida. Mas que isso revela a necessidade de problematizar de que forma a profissão vem entoando as discursões e conceitos sobre a temática. Sobre a relação das/os assistentes sociais com os conceitos etnicorracial em sua pesquisa, destaca que: “ao se deparar com os vocábulos afrodescendentes, branquitude, discriminação racial, etnia, negro, preconceito racial, racismo, racialismo e raça, os profissionais podem transitar por diversas interpretações, muitas vezes antagônicas” (EURICO, 2013b, p. 293). Compreendemos que são diversos conceitos e envoltos de significados e características, mas esses conceitos permeiam o cotidiano da população negra na sociedade brasileira, e que as/os assistentes sociais são impelidos a intervir.

Portanto, é necessário compreender a formação profissional enquanto um espaço de

poder, mas que, mesmo com a “mutilação” feita pelo CNE, muitas instituições de ensino superior são filiadas à ABEPSS. Acima de tudo, o curso de Serviço Social possui um direcionamento político, estabelecido pelo projeto ético-político profissional, que requer um perfil de profissionais. Diante disso, ressalta a urgência da introdução da temática etnicorracial, de forma obrigatória, nos currículos, mas não apenas na criação de uma disciplina, mas que todas as disciplinas obrigatórias introduzam essa temática.

3.2 Qual a proposta de formação profissional do curso de Serviço Social na UnB?

Quer ser diferente
Do que você denuncia?
Reveja nas suas práticas cotidianas
O racismo que emana
Da sua condicionalidade
No mito da democracia racial.

O curso de Serviço Social na Universidade de Brasília – UnB, possui nível de graduação, e modalidade de bacharel, titulando as/os graduados por bacharel em Serviço Social. Tendo a área de conhecimento concentrada nas Ciências Humanas. A carga horária é de 3.000 horas, sendo distribuída em 2.100 horas de disciplinas obrigatórias (que expressa o total de 140 créditos), ou seja, 70% do curso. 900 horas de disciplinas optativas (que expressa o total de 60 créditos), ou seja, 30% do curso, podendo ser integralizado 24 créditos de Módulo Livre (ML), e as/os discentes ainda podem integralizar 90 horas de atividades complementares, que equivale a 06 créditos. O regime escolar é estabelecido por semestres e créditos. São abertas semestralmente 40 vagas para o turno integral e 40 para o turno noturno, totalizando a quantidade de 80 alunas/os por ano. A forma de ingresso no curso é por meio do Vestibular – através do sistema universal, sistema de cotas raciais e sociais –, Programa de Avaliação Seriada-PAS – contendo o sistema universal, o sistema de cotas sociais para escolas públicas e o sistema de cotas raciais –, Transferência Facultativa, Transferência Obrigatória, Aluna/o Estrangeira/o e Mudança de Curso.

O Departamento de Serviço Social – SER encontra-se em atividade desde 1971, inicialmente apenas com o turno diurno, e em 2010, é aberto o curso noturno, que possibilita ao público acadêmico trabalhador ingressar no ensino público. Em 1990 foi criado o Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Política Social. O SER possui um total de 35 docentes efetivos, sendo 27 doutores e 08 mestres, possuindo dedicação exclusiva, que

integram o quadro permanente da Universidade de Brasília, possuindo 03 docentes em lotação provisória/professores substitutos, 04 pesquisadores associados e 01 docente colaborador.

O SER/UnB segue o disposto nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, desde 2002, tendo em vista que os conteúdos são norteados pelos três eixos de articuladores do processo de formação profissional, que são núcleos de fundamentação. O PPP SER/UnB do ano de 2011, é pautado nos princípios norteadores das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social – Currículo Mínimo.

Sobre os princípios norteadores, o PPP (2011, p. 21) destaca que:

Expressam uma concepção de ensino-aprendizagem e estabelecem os parâmetros para a inserção profissional nos espaços sócio-ocupacionais. Eles implicam, pois, num perfil profissional que busca alcançar, através da capacitação teórico- metodológica, ético-política e técnico-operativa, o desenvolvimento de competências e habilidades que viabilizem ao profissional de serviço social atuar nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da liberdade, e a inserção dos usuários do Serviço Social nos serviços, políticas e espaços sócio-institucionais de modo a contribuir para a democratização do acesso ao conjunto das relações sociais e do mercado de trabalho, conforme indicado anteriormente.

Sendo assim, vamos analisar a organização curricular e as ementas apontadas pelo Projeto Pedagógico Profissional do SER/UnB. A intenção é localizar de que forma o PPP direciona o debate etnicorracial, pois entendemos que é com a introdução de forma obrigatória dessa temática, que vai proporcionar a reflexão crítica das/os estudantes no período de formação acadêmico profissional, para resultar em uma atuação prático-profissional que vise o enfrentamento do racismo institucional.

A organização curricular do SER é alicerçada nos três núcleos de fundamentação, ou seja, nos eixos articuladores do processo de formação profissional para proporcionar uma formação profissional que compreenda o trabalho da/o assistente social. Desta forma, as disciplinas são divididas por áreas de conhecimento em cada núcleo.

Essa organização curricular, apontada pelo PPP (2011), visa proporcionar o perfil profissional de Serviço Social:

- 1) Que tenha uma apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
- 2) Compreensão das particularidades de constituição e desenvolvimento do

capitalismo e do Serviço Social, tornando necessário uma investigação à cerca da formação histórica e dos processos sociais contemporâneos que configuram a sociedade brasileira;

- 3) Compreender e relacionar os componentes teóricos como fundamentos para apreensão da realidade social e para a constituição de mediações que possibilitem desvendar as possibilidades existentes no âmbito do trabalho do assistente social;
- 4) Ter a concepção do Serviço Social enquanto trabalho, mas que o caráter técnico-operativo não se restringe a aplicação de teoria, pois remete à apreensão da dinâmica social através da investigação, possibilitando dar respostas às situações singulares pelas quais se defronta o profissional.

Em nossa análise separamos as disciplinas por núcleos e o que devem fornecer e criamos os quadros abaixo para uma melhor visualização. Segundo o PPP do SER:

Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da Vida Social	
Disciplinas:	O que devem fornecer:
Introdução à Sociologia	Os elementos para o entendimento da emergência da sociedade burguesa e a constituição do ser social, bem como configurar a sociologia como campo científico.
Economia Política e Capitalismo	A contextualização do desenvolvimento capitalista e das leis do movimento do capital que regulam o processo econômico de produção e reprodução das relações sociais no marco dessa especificidade sócio-histórica.
Teoria Sociológica I	O conhecimento da sociedade, trabalho, método e história a partir das matrizes teóricas de Durkheim, Weber e Marx e as questões contemporâneas postas ao pensamento sociológico.
Política Social	As condições para a compreensão das condições sociais de emergência e desenvolvimento das políticas sociais no capitalismo e suas teorias explicativas, como também o papel dos sujeitos políticos na formulação, gestão e controle social das políticas sociais públicas e privadas.
Introdução à Filosofia	A possibilidade da reflexão filosófica como possibilidade de apreensão da totalidade social, estabelecendo conexões entre ciência, verdade e método e as relações entre a filosofia e a política.

Introdução à Psicologia	A fundamentação das principais matrizes teóricas do debate contemporâneo das relações entre indivíduo-sociedade, explicitando as questões relativas ao desenvolvimento da personalidade e dos grupos sociais.
Introdução à Antropologia	Uma relação dialética entre o material e o simbólico na construção de identidades sociais e da subjetividade.
Questão Social e Serviço Social	Nesse núcleo deve fornecer os elementos que propiciam a análise da questão social e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo.
Trabalho e Sociabilidade	Nesse núcleo deve fornecer a centralidade do trabalho para a constituição do ser social.

Núcleo de Fundamentação da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira	
Disciplinas:	O que devem fornecer:
Obrigatórias	
Introdução ao Serviço Social	Nesse núcleo deve fornecer a primeira aproximação com a realidade profissional entendida a partir das condições sócio-históricas de sua institucionalização no Brasil.
Questão Social e Serviço Social	Nesse núcleo deve fornecer os elementos que propiciam a análise da questão social e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.
Movimentos Sociais	A possibilidade da análise da formação e constituição de movimentos sociais, no marco das particularidades brasileira estabelecendo uma relação entre classe, estado, e movimentos sociais.
FHTM I	Nesse núcleo deve fornecer o debate profissional atravessado pelo contexto do surgimento da questão social no país e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado nos anos 30-50.
FHTM II	Nesse núcleo deve fornecer o debate profissional atravessado pelo contexto da questão social no país e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado nos anos 60-80.
FHTM III	Nesse núcleo deve fornecer o debate profissional atravessado pelo contexto da questão social no país e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado a partir dos anos 90.
Optativas:	
Questão urbana e política habitacional	Nesse núcleo deve fornecer o debate conceitual sobre o urbano e sua relação com a concentração da propriedade.
Política Social – Educação	Nesse núcleo deve fornecer as relações entre Estado, sociedade e educação em diferentes perspectivas no Brasil.
Política Social – Trabalho	Nesse núcleo deve fornecer a possibilidade relacionar o direito ao trabalho e a cidadania e o mercado de trabalho no Brasil.

Gênero, Raça/Etnia e Política Social	Nesse núcleo deve fornecer as contribuições conceituais e a problematização da institucionalidade dessas questões no Brasil.
Envelhecimento e Política Social	Nesse núcleo deve fornecer o debate mais amplo sobre o envelhecimento populacional e a questão da violência e legislações no Brasil.

Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional	
Disciplinas:	O que devem fornecer:
Obrigatórias:	
Introdução ao Serviço Social	Nesse núcleo deve fornecer a primeira aproximação com a realidade profissional devendo propiciar uma visão ampla sobre o trabalho do assistente social.
Questão Social e Serviço Social	Nesse núcleo deve fornecer os elementos que propiciam a análise da questão social como objeto de intervenção do trabalho profissional.
FHTM I	Nesse núcleo deve fornecer o debate profissional atravessado pelo contexto do surgimento da questão social no país e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado nos anos 30-50.
FHTM II	Nesse núcleo deve fornecer o debate profissional atravessado pelo contexto da questão social no país e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado nos anos 60-80.
FHTM III	Nesse núcleo deve fornecer o debate profissional atravessado pelo contexto da questão social no país e seu enfrentamento pelas classes sociais em suas relações com o Estado a partir dos anos 90.
Trabalho e Sociabilidade	Nesse núcleo deve fornecer o entendimento da centralidade do trabalho para o Serviço Social.
Processos de Trabalho e Serviço Social I	O exercício profissional como especialização do trabalho coletivo na sociedade capitalista e as expressões e formas de organização no âmbito institucional e a construção e uso de instrumentos técnico-operativos.
	Os elementos para o entendimento da Previdência Social, especialmente na

Seguridade Social I	especificidade brasileira até a atualidade, localizando-a como um espaço de trabalho e produção de conhecimento do Serviço Social.
Seguridade Social II	A possibilidade do entendimento e concepções sobre a Saúde, localizando a especificidade da política de saúde no Brasil como um espaço de trabalho e produção de conhecimento do Serviço Social.
Seguridade Social III	A compreensão da origem e desenvolvimento da Assistência Social nas sociedades capitalistas e no Brasil, discutir suas questões atuais e localiza-a como um espaço de trabalho e produção de conhecimento do Serviço Social.
Pesquisa Social I	A articulação do caráter investigativo destacando a importância da pesquisa e seus métodos de abordagem.
Pesquisa Social II	A articulação do caráter investigativo destacando a importância da pesquisa exercitando a elaboração de instrumento de pesquisa.
Métodos e Técnicas em Pesquisa Social	A articulação do caráter investigativo destacando a importância da pesquisa exercitando diferentes técnicas de levantamento e análise de dados qualitativos.
Estágio em Serviço Social I	O desenvolvimento teórico-prático em estabelecimentos públicos e privados com ênfase na problematização teórico-metodológica com sistematização de possibilidades de atuação profissional.
Estágio em Serviço Social II	O desenvolvimento teórico-prático em estabelecimentos públicos e privados com ênfase na implementação de plano de intervenção do estagiário.
Fundamentos Éticos e Ética Profissional	A articulação da dimensão ético-política da formação oferecendo elementos para a análise dos dilemas ético-morais contemporâneos e como eles se apresentam no exercício profissional.
Planejamento, Administração e Gestão Social	Os elementos para a compreensão do processo de gestão nas diferentes esferas da intervenção profissional, do planejamento e avaliação de projetos e programas sociais.
Optativas:	
	Nesse núcleo deve fornecer a inserção profissional e a contribuição do Serviço

Questão urbana e política habitacional	social na produção teórico-prático acerca da questão urbana e da política habitacional.
Política Social – Educação	Nesse núcleo deve fornecer a inserção profissional e a contribuição do Serviço social na produção teórico-prático acerca da questão.
Política Social – Trabalho	Nesse núcleo deve fornecer a possibilidade de relacionar com o trabalho profissional na medida em que fornece elementos para a compreensão do direito ao trabalho e do mercado de trabalho no Brasil como interface da ação profissional.
Gênero, Raça/Etnia e Política Social	Nesse núcleo deve fornecer as contribuições para a análise do travejamento destas questões na prática profissional e nos compromissos ético-políticos da profissão.
Envelhecimento e Política Social	Nesse núcleo deve fornecer a inserção profissional e a contribuição do Serviço social na produção teórico-prático acerca da questão.
Infância, Adolescência e Cidadania	As possibilidades de componentes analíticos e práticos para o enfrentamento das refrações da “questão social” sobre a infância e adolescência no Brasil, em interface com o trabalho profissional em vários espaços sócio-ocupacionais.
Análise de Políticas Sociais	O aprofundamento analítico-prático sobre as políticas e/ou programas sociais que são importantes espaços de atuação profissional.
Prática de Pesquisa Social I	A inserção em projetos de pesquisa, em núcleos e grupos de estudos e pesquisa consolidando a atitude investigativa. Enfatiza a análise bibliográfica.
Prática de Pesquisa Social II	A inserção em projetos de pesquisa, em núcleos e grupos de estudos e pesquisa consolidando a atitude investigativa. Enfatiza a construção de instrumentais.
Prática de Pesquisa Social III	A inserção em projetos de pesquisa, em núcleos e grupos de estudos e pesquisa consolidando a atitude investigativa. Enfatiza a coleta e sistematização dos dados.
Prática de Pesquisa Social IV	A inserção em projetos de pesquisa, em núcleos e grupos de estudos e pesquisa consolidando a atitude investigativa. Enfatiza a análise elaboração de relatórios e artigos científicos.
	A utilização laboratorial da informação e

Práticas de Informática em Serviço Social	comunicação especialmente às aplicadas a profissão em consonância com o desenvolvimento de habilidades profissionais relacionadas a demandas emergentes.
Tópicos Especiais em Pesquisa Social	A garantia à atualização programática dada o aprofundamento em áreas de pesquisa em Serviço Social.
Tópicos Especiais em Serviço Social	A garantia à atualização programática dada o aprofundamento em temas emergentes e específicos ao Serviço Social.
Tópicos Especiais em Política Social	A garantia à atualização programática dada o aprofundamento de temas emergentes em políticas sociais.
Relações Sociais, Família e Serviço Social	Os elementos teóricos e práticos para o debate e trabalho do serviço social com famílias.

Tendo em vista a separação pelos três Núcleos de Fundamentos para a formação profissional, reforça a necessidade de compreender de que forma está distribuído o debate etnicorracial nas ementas De três disciplinas obrigatórias – Introdução ao Serviço Social, Questão Social e Movimentos Sociais – e uma disciplina optativa oferecida pelo SER/UnB – Gênero, Raça/Etnia e Política Social – que compõem o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira estabelecidas pelo PPP SER/UnB, por compreender que é nesse núcleo que abarca essa temática etnicorracial.

Em primeiro momento notamos que, mesmo utilizando como norte de formação acadêmico profissional os Núcleos de Fundamentos e além dos princípios do CEP, o SER/UnB não possui nenhuma disciplina obrigatória que forneça subsídio para uma compreensão histórica e contemporânea da questão etnicorracial, destacando que estamos utilizando informações do currículo pleno do PPP do SER/UnB.

A primeira disciplina analisada é “**Introdução ao Serviço Social**”, alocada no primeiro semestre do curso. Por ser uma disciplina introdutória não possui pré-requisitos. Tem a finalidade de proporcionar uma primeira aproximação com as condições sócio-históricas do processo de profissionalização do Serviço Social no Brasil e suas interpretações. O Serviço Social e a produção e reprodução das relações sociais. Além disso, inicia também uma aproximação com a natureza do Serviço Social, das áreas e campos de atuação profissional. Destaca-se que essa disciplina proporciona **o primeiro contato com as perspectivas e demandas contemporâneas para o trabalho do Assistente Social**. Sinaliza

também que fornece subsídio para a compreensão do mercado de trabalho no Distrito Federal, além de proporcionar a compreensão de organização política e acadêmica dos profissionais de Serviço Social.

Foi observado que tanto na bibliografia básica, como na complementar, não existe, segundo o PPP, uma referência se quer que possa proporcionar um contato inicial com o debate etnicorracial, ou mesmo sobre a relação das/os assistentes sociais com a população negra, que nesse trabalho, demonstramos ser historicamente majoritária a presença usuárias do Serviço Social. Resgatando o debate realizado por Pinto (2003, p. 60) em sua pesquisa, destaca-se que:

Ao analisar as respostas do questionário da pesquisa, percebi que a atitude dos assistentes sociais em relação ao negro está norteadada por uma “tradição moral cristã”. Isso quer dizer que, no nível dos discursos, todos defendam a igualdade dos homens, sem distinção de cor, raça, sexo ou credo religioso, conforme os ensinamentos de Cristo. Entretanto, nos contatos face a face, utilizando um discurso ambíguo e sutil, fazem questão de colocar o negro em uma categoria diferenciada de ser humano, feita para a submissão e a subserviência.

Eurico (2013, p. 302) em sua pesquisa sobre a percepção das/os assistentes sociais em relação ao racismo institucional, destacou o seguinte:

A análise da fala das entrevistadas permite afirmar que o racismo permanece arraigado em diversas instituições:
-Estes três elementos configuram-se na morte social: ser pobre, ser negro e cometer ato infracional, que denotam para a justiça que o indivíduo não tem condições de viver em sociedade.

O Racismo é estrutural na sociedade brasileira, possuindo dimensões e mecanismos de reprodução, tais como o racismo institucional. Entendendo que o “combate ao racismo ainda é marginal na estrutura do Estado brasileiro” (OLIVEIRA, 2016, p. 33), como já explicitado nesse trabalho, a ausência da visão estrutural do racismo é o que impossibilita o aprofundamento no enfrentamento do racismo institucional. Desta forma, é necessário pensar em mecanismos para a formação acadêmica profissional em Serviço Social, indo de acordo com as diretrizes curriculares adotadas pelo SER/UnB. Um dos empecilhos observados é o mito da “democracia racial”, assim é ocorrido o processo de naturalização do racismo nos espaços acadêmicos indiretamente, sendo assim, em uma disciplina introdutória da profissão, onde aponta também, mas não apenas, as demandas contemporâneas, torna-se de primazia que a disciplina, se é o intuito do SER proporcionar uma formação profissional que lide de forma crítica com a situação da população negra e alinhada à luta antirracista, é primordial

introduzir esse debate.

A ausência do debate etnicorracial, do racismo e suas dimensões e mecanismos de reprodução revela uma lacuna na formação profissional. Entendendo que a luta antirracista é um compromisso político. Eurico (2013, p. 291) afirma que:

Para aprofundar o debate, busca-se investigar quais as percepções do assistente social acerca da *questão racial*, dos desdobramentos das ações institucionais no cotidiano da população negra e que mecanismos podem ser utilizados no sentido de modificar tais relações sociais.

Desta forma, é essencial que a disciplina de Introdução ao Serviço Social proporcione a introdução ao debate etnicorracial, para relacionar de que forma as/os assistentes sociais se relacionam com a população negra e com os Movimentos Negros.

A segunda disciplina, inserida no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira, é “**Questão Social e Serviço Social**” é uma disciplina alocada no primeiro semestre, sem pré-requisitos. Possui como finalidade fornecer subsídios para proporcionar a compreensão do processo de produção e reprodução da questão social na sociedade capitalista. Também fornece subsídios para contribuir com análise das determinações históricas de sua gênese e transformação. Proporcionar análise das particularidades das expressões da questão social e suas manifestações contemporâneas no Brasil. Além de tudo isso, proporcionar a compreensão da questão social como objeto de intervenção do Serviço Social e estratégias de enfrentamento. Essas definições foram extraídas do PPP.

Assim como em “Introdução ao Serviço Social”, observamos a ausência do debate etnicorracial nas referências bibliográficas – básica e complementar – da disciplina. Martins (2013, p. 11) aponta que “o racismo encerra desigualdades, violação de direitos e violência; indiscutivelmente, ela não deixa de mediar a ‘questão social’”, desta forma, a introdução do debate das desigualdades raciais advindas do racismo não pode, em perspectiva política e de compromisso com a luta antirracista, está fora da ementa básica da disciplina, revelando mais uma vez a lacuna na formação profissional, que é desconsiderada no PPP, pois o debate de racismo não pode ser feito “sem minimamente buscar os seus nexos com a ‘questão social’ brasileira e com suas múltiplas expressões” (MARTINS, 2013, p. 11). Destacando que:

O racismo brasileiro, assentado na ideologia de ‘raça’, ao se organizar no âmbito das relações sociais de classes, opera uma violação de direitos, resultando em uma desigualdade, fundada na condição racial, que se

soma às desigualdades sociais inerentes à lógica do capital. Portanto, a compreensão é a de que o racismo no Brasil repercute nas condições de vida material dos 97 milhões de brasileiros racialmente discriminados – os indicadores sociais atestam essa afirmação (MARTINS, 2013, p. 11).

Portanto, se esta categoria profissional se posiciona na luta favorável aos direitos das/os usuárias/os dos seus serviços, compreendendo que “a questão racial também compõe o conjunto das relações sociais brasileiras” (DIAS, 2015, 325), é extremamente urgente que esse debate esteja devidamente localizado no cerne da formação acadêmico profissional, salientando assim, a necessidade do PPP inserir esse debate na ementa da disciplina.

A terceira disciplina analisada é “**Movimentos Sociais**” que é posicionada no terceiro semestre, e não possui pré-requisitos. Essa disciplina proporciona a compreensão das particularidades da formação do capitalismo e das classes sociais no Brasil. Subsídios para análise da instituição da Democracia e da Cidadania. Possibilitar a compreensão dos processos de formação dos Movimentos Sociais na dialética singular/particular/universal. Apreensão da estrutura fundiária (concentração da propriedade e o processo de reforma agrária), os conflitos e a luta de classes. Facilitar o debate sobre os “antigos” e “novos” movimentos sociais. Assim como a relação entre o Estado, as classes e os movimentos sociais na contemporaneidade brasileira (a relação entre público e privado e a emergência de espaços públicos não-estatais). E apontar os movimentos sociais no Brasil e no DF.

O afastamento das referências bibliográficas gera uma estagnação para a compreensão da importância dos Movimentos Negros para a construção sócio-histórica brasileira, compreendendo a necessidade de inserir esse debate, para um processo de afastamento de estigmas e preconceitos, no âmbito da formação profissional, deveria estar bem localizada na ementa do PPP.

É importante reforçar que a articulação do Serviço Social com os movimentos sociais possui o intuito de fortalecer as lutas populares na defesa dos direitos e “é uma importante estratégia política como mediação necessária à construção de um projeto de ruptura com a ordem social vigente e de construção de uma nova ordem societária” (ROCHA, 2014, p. 108). Rocha (2014, p. 109) reforça que:

O conhecimento sobre a importância histórica dos movimentos de resistência negra – sem desconsiderar as lutas empreendidas por outros segmentos sociais – no processo de construção da identidade e formação social brasileira é matéria fundamental para qualquer área de formação. Entretanto, para o Serviço Social, que tem a questão social como seu elemento fundante, a apropriação dessa discussão torna-se imprescindível, pois é sobre as múltiplas expressões da questão social que irá atuar.

É necessário conhecer os sujeitos políticos que constroem os movimentos sociais, e isso vai além de conhecer apenas o seu “registro de identidade”, é urgente que o processo de conhecer a história e com ela desvendar e compreender as diversas formas de resistência às opressões que são forjadas individual e coletivamente no âmbito da sociedade capitalista brasileira (ROCHA, 2014). A ausência desse debate não é uma exclusividade do SER/UnB:

Por outro lado, se sentimos falta de uma presença mais robusta da história da organização e resistência da população negra nos currículos, não verificamos essa lacuna no que diz respeito ao debate da articulação raça/etnia/classe/gênero. Pudemos constatar que, em grande parte dos currículos, há uma preocupação em superar uma visão fragmentada e isolada dos sujeitos sociais. Isso expressa, portanto, o compromisso com as orientações postuladas nas diretrizes curriculares (ROCHA, 2014, p.110).

Não se trata de um preciosismo, é questão de compromisso ético-político com a formação profissional. Proporcionar na formação acadêmico profissional uma análise de totalidade das/os sujeitos que acessam os serviços das/os assistentes sócias, é a possibilidade de encaminhar profissionais com subsídios necessários para uma compreensão do cotidiano das/os usuárias.

Analisamos também a disciplina optativa ofertada pelo SER/UnB “**Gênero, Raça/Etnia e Política Social**” é a única disciplina inserida no PPP que no nome abarca a questão de raça e etnia, mas que é organizada juntamente com gênero, na alusão de ser de natureza igual, com as mesmas especificidades e construção histórica, compreendemos que os dois eixos juntamente com classe, são estruturais, e que se relacionam, mas ao mesmo tempo, que em uma única disciplina não abarca a demanda dos dois debates. Essa é a predefinição estabelecida pelo PPP/SER/UnB (optamos em extrair sem alterações, para demonstrar a preocupação com a ementa básica da disciplina):

Conceitos e definições de gênero, raça, etnia, classe social: suas interseccionalidades. Incorporação das questões de Gênero e de Raça no desenvolvimento do Welfare State: as experiências europeias e norte americana. Movimentos de mulheres e raciais e a participação política. As convenções internacionais e o combate a discriminação de gênero e raça. Avanços conceituais e políticos do emprego das categorias de gênero e raça/etnia no campo das políticas sociais: relações de gênero e raça/etnia na gestão pública contemporânea. Institucionalidade de Gênero e Raça no mundo e no Brasil: emergência dos organismos de políticas transversais. As políticas sociais setoriais e as políticas transversais (SER, 2011, p. 106).

Sobre o programa da disciplina oferecido pelo MatriculaWeb – sistema de matricula

via Internet da Universidade de Brasília – informa o seguinte programa⁶:

- Os processos de socialização e a especificidade da experiência social masculina e feminina;
- O movimentos feministas e as principais abordagens teórico-metodológicas do conceito de gênero;- Os movimentos sociais de mulheres no Brasil e a cidadania: impactos no campo das políticas sociais;
- O protagonismo das mulheres na trajetória do Serviço Social: as mulheres como sujeito e "alvo" da intervenção;
- O Serviço Social e o desafio da incorporação do enfoque de gênero.

Em relação à ementa básica e a complementar, não possui uma referência bibliográfica sobre a questão etnicorracial, as referências não condizem com a ementa proposta, salientando, mais uma vez, como o currículo do curso é um espaço de disputa de poder. Não é possível pensar em uma disciplina que leva no nome “raça/etnia” e não tenha suporte para delimitar o que será estudado ou fornecido pela disciplina.

Esse trabalho já apontou elementos mínimos para pensar a necessidade da inserção da temática etnicorracial, no âmbito da formação acadêmica profissional, para assim materializar a luta antirracista e as possibilidades de combate ao racismo institucional na formação profissional.

Ao analisar o PPP, sua organização e distribuição de disciplinas, para compor a formação profissional, demonstra a urgência do combate ao racismo institucional no âmbito da academia, cujo efeito é a naturalização da ausência do debate etnicorracial, que é a possibilidade de familiarização das/os alunas com termos e conceitos que envolvem a realidade das/os usuárias do Serviço Social em seu cotidiano. Analisamos duas disciplinas que compõem o fluxo do primeiro semestre, mas que são disciplinas que aproximam as estudantes do primeiro semestre com a profissão, e é esse o momento de demonstrar a importância de compreender as dimensões e os mecanismos de reprodução do racismo no âmbito da construção sócio-histórica da sociedade brasileira, e os determinantes das desigualdades sociais e raciais.

⁶ Fonte: <https://matriculaweb.unb.br/graduacao/disciplina.aspx?cod=136166> acessado em 03 de dezembro de 2017 às 21h49min.

3.3 O currículo do curso de Serviço Social: instrumento de poder!

É hora de por em prática,
 Não quer ser racista?
 Seja antirracista
 E some na luta,
 Do contrário,
 O teu silêncio tem ranço racista!

A afirmação do currículo enquanto um instrumento de poder é alicerçado na perspectiva do saber transmitido através da formação profissional, que é embutida de conhecimentos, valores, modelos, símbolos, etc., que foram acumulados durante os processos históricos e do fazer e viver daqueles que estão na posição de formadores e das/os formandas/os (NICOLAU, 2004). É necessário compreender a relação e a disputa que é estabelecida nas diretrizes curriculares do Serviço Social, essas estão relacionadas com as condições sociais e a conjuntura política contemporânea. Mas a verdade é que o currículo da profissão envolve as condições concretas e históricas das/os profissionais – sujeitos da formação profissional – e principalmente o “jogo de interesses polarizados” (NICOLAU, 2005, p. 83). Portanto, o currículo e a formação acadêmica-profissional não é apenas a informação teórica, mas que precisa envolver o processo de atualização da formação profissional que é possibilitada pelos seus objetos, a história contextualizada, envolvendo a experiência e a vivência dos indivíduos e grupos sociais.

Rocha (2005, p. 114) afirma que “o currículo, sem querer simplificar a complexidade que representa, é um forte instrumento de poder”, e assim sendo, pode servir de instrumento que contribua com a manutenção ou a ruptura do status quo. Podendo se encaminhar para dois lados, um que consiste na recuperação da concepção do conhecimento científico que como norte o privilegia a história, podendo evitar e superar as ideias pós-modernas, que possuem um caráter fragmentado e a-histórico na produção do saber, e o outro que se direciona na reafirmação dos saberes que são constituídos historicamente, que prioriza uma perspectiva hierárquica sob a dominação de classe, raça e etnia, de gênero, identidade de gênero e sexualidades (IAMAMOTO, 2008; ROCHA, 2014).

É necessário compreender que o currículo é uma expressão de um conjunto de concepções que envolvem a explicitação de tendências políticas, assim como teóricas e metodológicas, sendo essas imanentes à direção social que é desejada para imprimir a um projeto de formação profissional, e que possa incorporar num projeto educacional de curso, tornando assim o currículo um instrumento de poder (ANDRADE, 1999). Rocha (2014, p.

114) afirma:

O currículo é produto de um projeto de formação acadêmica constituído a partir de disputas de concepções ideológicas distintas, de tensões e de embates travados no processo de sua construção. A direção política contida no projeto político- pedagógico de um curso tem na constituição do currículo pleno a sua expressão mais concreta em relação aos avanços, sob o ponto de vista das lutas sociais e, também, em relação às suas contradições, que fazem parte do movimento dialético dos processos sociais.

A elaboração dos currículos plenos das instituições de ensino superior é dada de forma autônoma, para agregar as características regionais e locais, para assim abarcar as demandas que cada região e local explicita, porém existe um direcionamento, que Rocha (2014, p. 114) explica que:

A direção político-pedagógica da formação profissional em Serviço Social tem a sua definição preconizada nas diretrizes curriculares, que devem ser incorporadas como eixo condutor de um processo de formação comprometida com valores e princípios contidos no Código de Ética do/a Assistente Social (ROCHA, 2014, p. 114).

Para Eurico (2013b) a compreensão de que o racismo institucional é referido nas operações anônimas de discriminação racial em instituições, profissões ou mesmo em sociedades inteiras, e que o anonimato só é possível quando o racismo é institucionalizado. As IES são instituição que fornecer formação profissional, ou seja, estão formando profissionais que posteriormente irão ocupar campos de trabalho. Sendo assim, são instituições importantes para fomentar o debate do combate ao racismo institucional, é pensar que no âmbito da formação profissional a institucionalização do racismo é materializada na naturalização do não debate das dimensões do racismo e seus mecanismos de reprodução, que perpassa a invisibilização das produções acadêmicas a cerca da temática e da não utilização dessas produções, ou seja, desconsiderando assim as especificidades raciais, que perpassam a atuação das/os assistentes sociais, e reproduzem de forma sistêmica práticas discriminatórias que são arraigadas nas instituições.

Observamos que a inserção do debate etnicorracial é um dos caminhos para travar o combate ao racismo institucional no cerne da formação acadêmico profissional, mas esse processo é norteador por disputa política. Tornando necessário entender de onde estamos partindo e o que pretendemos. Dias (2015, pp. 325-326) explica que:

Escamotear tais discussões é também assumir uma posição política. E nisto, o Serviço Social brasileiro se diferencia das demais profissões,

uma vez que em seu Projeto Ético-Político, o lado que se optou em seguir, é o da classe trabalhadora, composta pela parcela mais empobrecida da sociedade brasileira, negros(as), mulheres, homossexuais, lésbicas, transexuais. Portanto, trata-se então, de que esta categoria atente-se para que a condição da população negra não seja subjugada ou secundarizada por quem se coloca como construtor de uma nova ordem societária, onde não cabem explorações e nem dominações seja elas de qual origem for.

Por tanto, ao elencar os temas que emergem na cena contemporânea do Serviço Social, a categoria, e não apenas indivíduos isolados, buscam dar respostas às reais demandas que urgem no cerne da atuação profissional nas instituições, mas com destaque importante, para responder as lacunas existentes entre os profissionais e os usuários (DIAS, 2015). Desta forma, inserir de forma estratégica e diluída nas ementas das disciplinas, o combate ao racismo institucional, através da introdução das temáticas etnicorracial, é um elemento essencial para contribuir com o processo de acumulação de forças que “seguem em direção à outra forma de vida e de desenvolvimento social, inclusiva a todos os indivíduos” (DIAS, 2015, p. 326).

Por fim, a estrutura racista é um alicerce do sistema de produção capitalista, que condiciona a população negra no pauperismo latente, e que ao se alinhar ao lado da classe trabalhadora, a profissão deve estabelecer um compromisso com a luta antirracista no enfrentamento do racismo institucional, pois é um processo dialético na compreensão das opressões e exploração que essa população sofre antes mesmo dessa ordem social vigente. Pensar em outro projeto societário deve começar desde o currículo até o fazer profissional nas instituições. Contudo, sem debater de forma crítica e compromissada com o enfrentamento do racismo institucional, a lacuna existente entre as/os profissionais e as/os usuárias/os permanecerá.

Considerações Finais

Nunca, na história das sociedades, se desenvolveu um racismo tão dissimulado como na sociedade brasileira. A rigor, aqui se produziu um tipo de racismo sofisticado e perverso que, amparando-se no discurso da ‘democracia racial’, construiu desigualdades, violação de direitos e violência (MARTINS, 2013, p. 11).

Portanto, inicialmente, é importante afirmar que o mito da “democracia racial” é um fenômeno que tem suas origens no período escravocrata mercantil, uma ideologia perigosa que encobre o racismo institucional, na alegoria de que o processo de miscigenação trouxe uma “harmonia” entre a sociedade brasileira. Mesmo que o conceito de raça não possua fundamentação biológica, notamos que os índices de desigualdade racial nos colocam em uma posição que para realizar uma análise social é necessário utilizar esse termo. O conceito é empregado em uma perspectiva histórica e dialética, social e política, para uma compreensão da realidade da população negra na sociedade brasileira. Entendendo que no Brasil o termo é utilizado de forma preconceituosa associada aos fenótipos e à cor da população negra.

Afirmamos que a origem do racismo institucional é histórica, e que foi alicerçada por mecanismos legais, como a Lei de Terras de 1850 – que regularizou a apropriação de terras de forma desigual entre os segmentos raciais e sociais –, o processo de abolição em 1888 – que não estabeleceu nenhuma política de proteção social para a população negra, condicionando essa população à subalternidade e marginalidade do mercado de trabalho – e a intensificação da imigração europeia – para um “livre concorrência” aos postos de trabalho. Tendo como resultado a condicionalidade da população negra na pobreza, afinal, no sistema capitalista ou você detém os meios de produção, ou você vende a sua força de trabalho, e nessa lógica, o quesito etnicorracial passa a ser um elemento que acirra as disputas nas posições de classe.

Constatamos a presença de dois marcos históricos importantes para pensar o Serviço Social em relação à situação da população negra na atualidade. O primeiro é o período escravocrata, destacando 1888, que é o ano da abolição, com queima de arquivos e ausência de políticas direcionadas a população negra que foi liberta do regime escravocrata, tendo estigmas relacionados a esse período na atualidade. O segundo é a década 1980, principalmente 1988 que é o centenário da abolição, cenário que urge a articulação entre o Serviço Social e os Movimentos Negros, destacando a pesquisa realizada por Pinto (2003). Ela apresenta a reprodução histórica do racismo institucional das/os assistentes sociais

para com as/os usuárias negras/os. Outro dado importante é que majoritariamente as/os usuárias/os do Serviço Social eram/são negras/os, mas que a profissão não se aproxima da realidade dessa população.

Afirmamos a necessidade do Serviço Social se apropriar do conceito de racismo institucional, e das suas duas dimensões – relações interpessoais e programática-política – no âmbito da formação acadêmica profissional, pois, entendendo que um dos apontamentos estabelecidos para a desconstrução do racismo institucional é a produção acadêmica (LOPEZ, 2012). Porém, percebemos que esse é um desafio grande para o SER/UnB, e inicialmente, é preciso que haja uma inserção da temática etnicorracial obrigatoriamente; o desmembramento da disciplina de “Gênero, Raça/Etnia e Política Social”; a inserção do debate etnicorracial nas ementas das disciplinas que compõem o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira. A tese de Rocha (2014) aponta que essa introdução é uma forma de fortalecer o projeto ético-político. Compreendemos que é necessário proporcionar uma aproximação com a debate para desnaturalizar a ausência do mesmo e intensificar as produções acadêmicas. Trata-se de uma disputa política, mas o ponto central é que o PPP do SER/UnB é norteado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que possui três núcleos de fundamentos para a formação profissional, e o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio- histórica da Sociedade Brasileira, quando sinaliza a importância de analisar a questão etnicorracial no cerne da profissão, está se referindo também em combater o racismo institucional, portanto, o PPP não está condizente com as Diretrizes Curriculares que estabelece um currículo mínimo.

A forma como as instituições estão organizadas favorece a reprodução do racismo institucional, pois ele possui uma atuação difusa nessas, podem ser públicas ou privadas, e o Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília está inserido dentro de uma instituição. O combate ao racismo institucional deve ser um princípio ético e político, vinculado à superação da ordem capitalista. A relação estabelecida com o combate ao racismo institucional na formação acadêmico profissional é pensada, primeiro por conta da inserção nas instituições, ou seja, nos espaços sócio-ocupacionais, que distribuem serviços e benefícios, além de ser espaço de implementação de políticas públicas e sociais, tendo a/o assistente social como um executor terminal das políticas sociais (NICOLAU, 2004) e nessa lógica, é necessário ter um debate mais aprofundado, no que tange, a reprodução do racismo, na lógica institucional, que envolve a dimensão programática-política. Por outro lado, é sobre a dimensão das relações interpessoais, que envolve tanto a/o usuária/o, como a/o

trabalhador/a negra, em um ciclo profundo do racismo institucional, e a inquietação é qual o motivo do Serviço Social não perceber isso? Se essa profissão almeja realmente fortalecer o projeto ético-político, precisa rever de que forma estão sendo formada/o as/os seus profissionais, principalmente o SER/UnB.

O que notamos é que a formação acadêmica profissional é um espaço de poder, mediante isso, a relação é de disputa, ainda mais intensificada, pela lógica de estarmos nos encaminhando para o fim da segunda década do século 21 de formação profissional. Essa relação de poder e disputa são encontradas no cerne das instituições que fornecem a formação profissional, mas que também a categoria sofreu um golpe da CNE, quando de fato mutilou as Diretrizes Curriculares, no currículo mínimo, proposto em assembleia. Porém, a ABEPSS entrou nessa disputa e conseguiu assegurar que muitas IES fossem filiadas à ela e seguissem a proposta do currículo mínimo, que é norteado pelos Núcleos de Fundamentos. Além disso, a profissão também é direcionada pelo projeto ético-político, que se referencia no direcionamento da construção de uma nova ordem social, sem a presença de dominação e exploração de classes, gênero, raça/etnia e sexualidades. Portanto, é uma responsabilidade profissional a introdução desse debate nas salas de aula, nos fóruns profissionais de formação profissional e nos PPPs.

A pergunta de pesquisa que direcionou esse trabalho foi “Como o racismo institucional pode impactar a formação acadêmica profissional?”, tendo como objeto de pesquisa “a inserção do conceito de racismo institucional no âmbito da formação profissional em Serviço Social no departamento de Serviço Social da UnB”. Para responder essa pergunta analisamos o projeto pedagógico profissional do curso de Serviço Social na Universidade de Brasília, relacionando a sua organização com a distribuição disciplinas pelos três núcleos de fundamentação para direcionar a formação profissional, constatamos que no currículo pleno não existe nenhum apontamento sobre racismo institucional, nem nas ementas encontradas no PPP ou nas referências básicas e complementares. Destacando a urgência do combate ao racismo institucional no âmbito da academia, onde a naturalização da ausência desse debate é extremamente forte. A formação profissional é o espaço ideal para possibilitar a familiarização das/os alunas com termos e conceitos que envolvem a realidade das/os usuárias/os do Serviço Social em seu cotidiano e dentro das instituições.

Realizamos o recorte da análise em três disciplinas que foram distribuídas no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira, e pelas Diretrizes

Curriculares, que propõem o currículo mínimo, da ABEPSS, é nessas disciplinas que obrigatoriamente, deveriam possibilitar a análise sobre a situação da população negra. Separamos duas disciplinas obrigatórias e uma optativa. As duas disciplinas obrigatórias compõem o fluxo do primeiro semestre, mas que são disciplinas que aproximam as estudantes da profissão, e é esse o momento de demonstrar a importância de compreender as dimensões e os mecanismos de reprodução do racismo no âmbito da construção sócio-histórica da sociedade brasileira, e os determinantes das desigualdades sociais e raciais, porém, nas ementas do PPP, não encontramos nenhuma relação, muito menos nas referências bibliográficas. A outra disciplina é a única que carrega no título a “raça/etnia”, porém na ementa do currículo pleno nenhuma referência básica ou/e complementar diz respeito à questão etnicorracial, gerando uma preocupação, pois a ementa do currículo pleno sem referências passa a responsabilidade para o profissional que vai ministrar a disciplina, e é necessário que tenha um norte, que relacione o debate com a profissão.

Portanto, constatamos que o currículo é um instrumento de poder, desta forma, ele não se ausenta das implicações do racismo institucional, sendo assim, para ter um pleno combate ao racismo institucional, é necessário: 1) introdução do debate etnicorracial nas disciplinas que compõem o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira, assim, ocorreria um alinhamento com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, na forma de currículo mínimo, vislumbrando a visibilidade das/os teóricas negras/os do Serviço Social; 2) Desmembrar a disciplina de “Gênero, Raça/Etnia e Política Social”, é necessário que ao desmembrar essas disciplinas passem a ser obrigatórias e não mais optativas, a criação da disciplina deve reverberar na relação com a profissão e a população negra, resgate histórico das pautas e lutas dos Movimentos Negros, assim como pensar de que forma as políticas sociais estão sendo formuladas.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Magali da Silva. **Entrevista com Magali da Silva Almeida**. JANOÁRIO, Ricardo de Souza; ROCHA; Roseli; DIAS; Sheila (entrevistadores). **Libertas/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social**, v. 13, n. 1 jan/jun/2013. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Apresentação**. Dossiê: Marxismo e Questão Racial. Margem Esquerda – Revista da Boitempo nº 27. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ANDRADE, Maria Angela R. A. A prática do ensino no curso de Serviço Social – reflexões necessárias. In: **Serviço Social & Realidade**. UNESP, Franca, 1999.
- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Questão social no Brasil e Serviço Social**. Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 2. Brasília: CFESS / ABEPSS / CEAD-UnB, 1999.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. - 9º. ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – Biblioteca básica de serviço social; v 2.
- BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? **Serviço Social e Sociedade**. 2004, n.79.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Do mito da democracia racial à lei de cotas: a luta antirracista nas universidades brasileiras**. Políticas Públicas e Raça: avanços e perspectivas. SANTOS, Deborah Silva; GARCIA-FILICE, Renísia Cristina; RODRIGUES, Ruth Meyre Mota (orgs). Brasília, 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**. Edição administrativa atualizada em junho de 2012.
- _____. **Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010** Brasília, 2010.
- CARMICHAEL, Stokely e HAMILTON, Charles V. **Black power: the politics of liberation in America**. New York: Vintage, 1967.
- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Série assistente social no combate ao preconceito - racismo** – Caderno 03. Brasília, 2016.
- _____, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**. – 9º ed. Ver. E atual. Brasília, 2011.
- DEVULSKY, Alessandra. **Estado, racismo e materialismo**. Dossiê: Marxismo e Questão Racial. Margem Esquerda – Revista da Boitempo nº 27. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, Sheila Almeida. **Serviço Social e Relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes**. Temporalis, v. 15 nº 29. Brasília: ABEPSS, 2015.
- ABEPSS. **Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. Acessado em 20/11/2017. Disponível no site: [HTTP://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10](http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10)

EURICO, Marcia Campos. **Questão racial e serviço social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: < <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17519> > Acessado em: 02 de julho de 2017.

_____. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social e Sociedade**. 2013, n.114.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. – 11. ed. São Paulo: Cortez, 2015

FERNANDES, Florestan. **O significado do protesto negro**. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

FILHO, Rodrigo de Souza. **Apontamentos sobre o materialismo dialético**. Libertas/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, v. 2, n. 2 jul/dez/2002 – v.3, n.1 e n.2 jan/dez/2003. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.

FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da Escravidão: Tráfico interno de escravos em Mariana, 1850 – 1886**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Juiz de Fora, 2006.

GARCIA, Januario. **25 anos 1980 – 2005: movimento negro no Brasil. Concepção, organização e fotografia** Januario Garcia. – 2. Ed. – Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2008.

GUERRA, Yolanda. As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas. **Libertas/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social**, v. 2, n. 2 jul/dez/2002 – v.3, n.1 e n.2 jan/dez/2003. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. Desafios da Política Social na Contemporaneidade. **Ser Social: revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social**, Universidade de Brasília, v. 15, nº 33. Brasília, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social** – 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação social da população negra por estado**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: IPEA, 2014.

JACCOUD, L. **Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil**. In: THEODORO, M. (Org). As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

LÓPEZ. L.C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface – Comunicação Saúde Educação**. V.16, n.40, p. 121-134, jan/mar. 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832012000100010 > Acessado em: 02 de julho de 2017.

MARTINS, T.C.S. **Racismo no mercado de Trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na construção da “questão social” no Brasil.** 2012. 222 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2012.

_____. **Racismo, questão social e serviço social: elementos para pensar a violação de direitos no Brasil.** Revista Inscrita nº 10, Brasília: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, 2013

MORAES, Fabiana. **No país do racismo institucional: dez anos do GT Racismo no MPPE.** Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro** – 2. Ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

_____. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas** – 5. Ed. São Paulo: Anita Garibaldi coedição com a Fundação Maurício Grabois, 2014.

MARX, K. **Teses sobre Feuerbach.** In: Marx, K e Engels, F. A ideologia Alemã (Feuerbach). São Paulo: Grijalbo, 1977.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Sankofa: Significados e Intenções.** A Matriz Africana no Mundo. NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). São Paulo: Selo Negro, 2008.

NICOLAU, Maria Célia Correia. **Formação e fazer profissional do assistente social: trabalho e representações sociais.** Serviço Social e Sociedade. 2004, n.79.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 1. Brasília: CFESS / ABEPSS / CEAD-UnB, 1999.

NKRUMAH, Kwame. **A luta de Classes em África.** Lisboa: Livraria Sá da Costa editora, 1977.

OLIVEIRA, Dennis de. **Estado, racismo e materialismo.** Dossiê: Marxismo e Questão Racial. Margem Esquerda – Revista da Boitempo nº 27. São Paulo: Boitempo, 2016.

PINTO, Elisabete Aparecida. **O Serviço Social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros.** São Paulo: Terceira Margem, 2003.

PETINELLI, Viviane. **As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal (2003 – 2010).** Opinião Pública, v. 17, nº 1. Campinas, 2011.

RIBEIRO, Matilde. **Entrevista com Magali da Silva Almeida.** JANOÁRIO, Ricardo de Souza; ROCHA; Roseli; DIAS; Sheila (entrevistadores). **Libertas/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social,** v. 13, n. 1 jan/jun/2013. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social: avanços e desafios.** 2014. 211 f. Tese (Doutorado em

Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ, 2014.

SANTOS, Artur Tranzola; MAGALHÃES, David Almstadter. **Relações Brasil-Inglaterra pós-1845 e o tráfico de escravos: *Bill Aberdeen* e a Lei Eusébio de Queirós**. Revista de Iniciação Científica da FFC. V. 13, n. 2. São Paulo, 2013.

SANTOS, Deborah Silva; RODRIGUES, Ruth Meyre M. **O movimento negro e a construção da agenda com recorte no âmbito das políticas públicas educacionais**. Políticas Públicas e Raça: avanços e perspectivas. SANTOS, Deborah Silva; GARCIA-FILICE, Renísia Cristina; RODRIGUES, Ruth Meyre Mota (orgs). Brasília, 2016.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da "questão social" no capitalismo brasileiro**. 2008. 217 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SALVADOR, Evilasio; YANNOULAS, Silvia. **Orçamento e financiamento de políticas públicas: questões de gênero e raça**. Revista Feminismos, v. 1, p. 2-28, 2013.

SER, Departamento de Serviço Social- UnB. **Projeto Pedagógico Profissional**. Brasília: UnB, 2011.

SILVA FILHO, J.B. **A questão do negro no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense**. 2004. 126 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: < http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_busca/processaArquivo.php?codArquivo=893 > Acessado em: 02 de julho de 2017.

SOARES, Sergei. **A Trajetória da desigualdade: a evolução da renda relativa dos negros no Brasil** In: THEODORO, M. (Org). As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

THEODORO, Mário. **A formação do Mercado de Trabalho e a Questão Racial no Brasil**. In: THEODORO, M. (Org). As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional e saúde da população negra**. Saúde e Sociedade, v. 25, nº 3. São Paulo, 2016

WERNECK, Jurema. **Racismo Institucional uma abordagem conceitual**. Geledés – Instituto da Mulher Negra e Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2013.